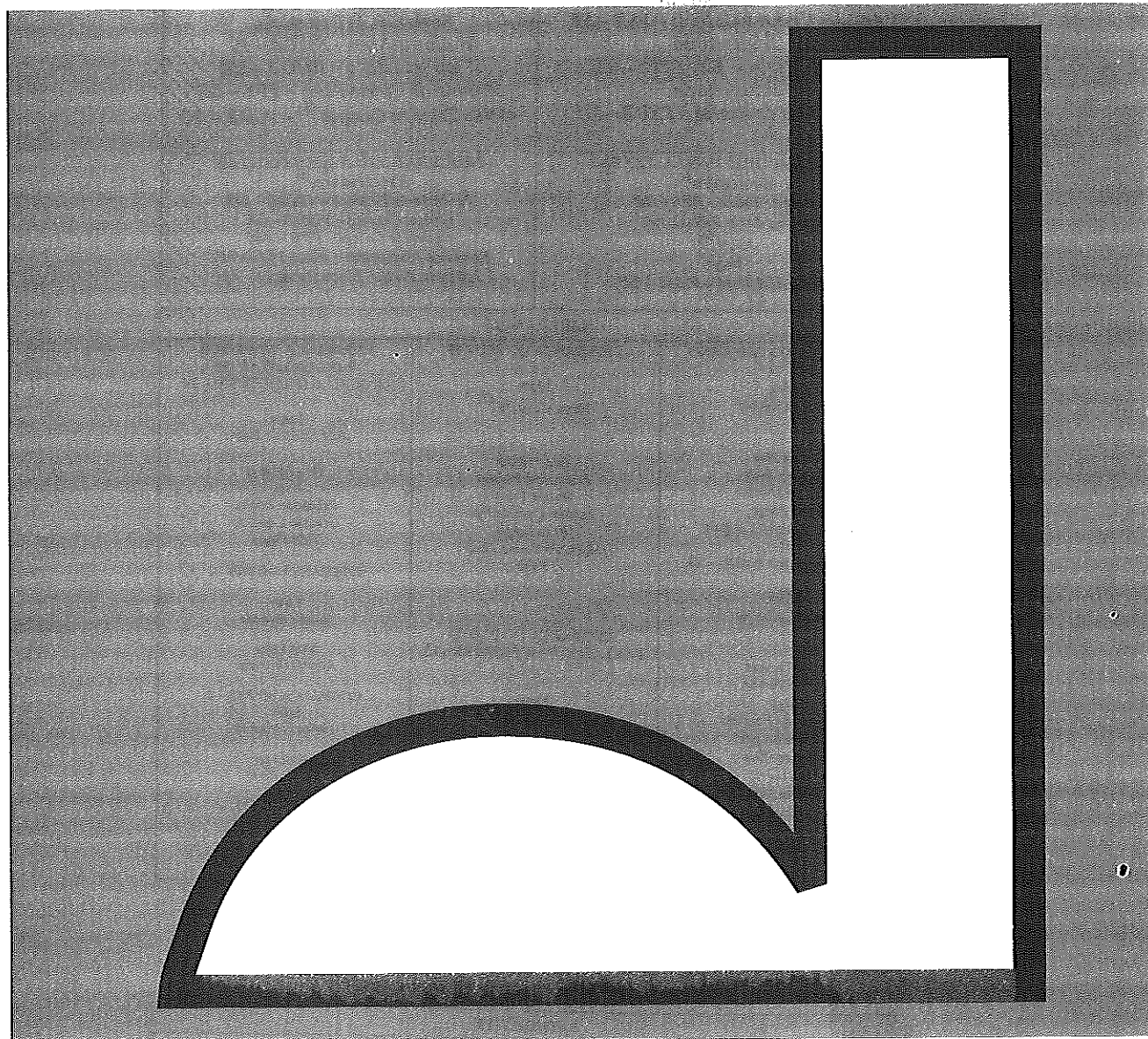


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 192 SEXTA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 2001 - BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente ⁽³⁾ Ramez Tebet – PMDB – MS 1º Vice-Presidente Edilson Lobão – PFL – MA 2º Vice-Presidente Antonio Carlos Valadares – PSB – SE 1º Secretário Carlos Wilson – Bloco/PPS – PE 2º Secretário Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p>	<p>3º Secretário ⁽⁶⁾ Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB 4º Secretário Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Alberto Silva – PMDB – PI 2º Marluce Pinto – PMDB – RR 3º Maria do Carmo Alves – PFL – SE 4º Nilo Teixeira Campos ⁽⁵⁾ – PSDB – RJ</p>	
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos⁽¹⁾ Vago ⁽⁴⁾ Vago Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽¹⁾ Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS Geison Camata – PMDB – ES Bernardo Cabral – PFL – AM Fernando Matusalem – Bloco PSDB/PPB Jefferson Pêres – Bloco Oposição – AM</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Artur da Távola</p> <p>Vice-Líder Romero Jucá Moraira Mendes Bello Parga Eduardo Siqueira Campos</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 23</p> <p>Líder Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Vago Juvêncio da Fonseca Gilvam Borges Marluce Pinto Amir Lando Alberto Silva Ney Suassuna</p>	<p>LIDERANÇA DO PFL – 19</p> <p>Líder Hugo Napoleão ⁽⁷⁾</p> <p>Vice-Líderes Francelino Pereira Romeu Tuma Leomar Quintanilha Bello Parga Maria do Carmo Alves Vago</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 15</p> <p>Líder Geraldo Melo</p> <p>Vice-Líderes Pedro Piva Romero Jucá Vago Freluz Neto</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS) – 14</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líderes Vago Sebastião Rocha Geraldo Cândido Tião Viana</p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 4</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>Vice-Líder Roberto Saturnino</p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 4</p> <p>Líder Carlos Patrocínio</p> <p>Vice-Líder Arlindo Porto</p> <p>LIDERANÇA DO PL – 1</p> <p>Líder José Alencar</p>

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 27/06/2001

(3) Eleito em 20/09/2001

(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal

(5) Deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular

(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

(7) Renunciou ao mandato para assumir o cargo de Governador do Estado do Piauí, em 20/11/2001

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações João Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Márcia Maria Correia de Almeida Diretora da Subsecretaria de Alta Densete Ortega de Buzze Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

ATO CONVOCATÓRIO

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO PARÁGRAFO 6º DO ART. 57 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, FAZEM SABER QUE A CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL, CUJOS ATOS FORAM PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – SEÇÃO I, DOS DIAS 17 E 21 DO CORRENTE E NO DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, ESTENDER-SE-Á ATÉ O DIA 7 DE JANEIRO DE 2002, SEM PAGAMENTO DE AJUDA DE CUSTO, PARA APRECIAÇÃO DE MATÉRIA ORÇAMENTÁRIA.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 6ª SESSÃO NÃO – DELIBERATIVA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 648/2001, de 19 do corrente, comunicando a rejeição da Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2001 (Medida Provisória nº 7, de 2001), que altera a Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER. (Projeto enviado à sanção em 19-12-2001.) 32467

1.2.2 – Ofícios

Nº 192/2001, de 27 do corrente, da Liderança do Bloco PCdoB/PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 32467

Nº 962/2001, de 27 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 32467

1.2.3 – Avisos do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 1.663/2001, de 6 do corrente, encaminhando cópia integral do Processo nº TC – 003.516/2001-0, que trata de auditoria realizada em 2001 nas obras da barragem do açude Castanhão, no qual foi verificado que as irregularidades apontadas no relatório de auditoria de 2000 (TC – 008.615/2000-2, Decisão Plenária nº 778/2000-TCU), não mais remanescem no relatório de 2001 (Anexado ao processado do Aviso nº 182, de 2000). À Comissão e Fiscalização e Controle. 32468

Nº 1.670/2001, de 6 do corrente, informando que o Parecer nº 1.371, de 2001, enviado àquele Tribunal, foi encaminhado à SEGECEX, Unidade Técnica competente para as providências pertinentes (Anexado ao processado do Aviso nº 100, de 2000). A matéria aguardará na Secretaria-Geral da Mesa manifestação do Tribunal de Contas União. 32468

Nº 1.673/2001, de 6 do corrente, informando que o Requerimento nº 700, de 2001, enviado àquele Tribunal, relativo à solicitação de inspeção nas obras da Anatel nos Estados do Amazonas, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e Paraná, foi encaminhado à SEGECEX, Unidade Técnica competente, para as providências pertinentes (Anexado ao processado do Requerimento nº 700, de

2001). A matéria aguardará na Secretaria-Geral da Mesa manifestação do Tribunal de Contas da União.	32468	lamentar Mista do Mercosul e da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.	32477
Nº 1.676/2001, de 6 do corrente, informando que o Requerimento nº 673, de 2001, solicitando auditoria nas obras de construção da BR-282/SC – Florianópolis–Divisa com Argentina, foi encaminhado ao Gabinete do Relator, Ministro Ubiratan Aguiar (Anexado ao processado do Requerimento nº 673, de 2001). A matéria aguardará na Secretaria-Geral da Mesa manifestação do Tribunal de Contas da União.	32468	SENADOR JOSÉ ALENCAR – Análise da participação do Brasil no Mercosul. Considerações sobre a entrada do País na Alca.	32482
1.2.4 – Discursos do Expediente		SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Empenho do Congresso Nacional visando à aprovação do Orçamento da União.	32487
SENADOR LUIZ OTÁVIO – Considerações sobre o encerramento das atividades legislativas e as dificuldades enfrentadas pela Argentina.	32468	SENADORA MARINA SILVA – Considerações acerca da aplicação do orçamento social, com mais recursos para saúde, educação, esporte, lazer, segurança e reforma agrária.	32490
SENADOR FREITAS NETO – Balanço das atividades legislativas do ano de 2001 e o fortalecimento do Legislativo.	32470	SENADOR EDUARDO SUPLICY – Preocupação de pilotos e membros do Sindicato Nacional das Empresas Aeronáuticas a respeito da lei aprovada pelo Congresso Nacional, que inclui a hipótese de destruição de aeronaves em espaço aéreo nacional.	32493
SENADOR GILVAM BORGES – Análise do processo de consolidação dos aspectos democráticos do Congresso Nacional. Registro da presença, na tribuna de honra, do Prefeito de Porto Grande, Estado do Amapá.	32471	1.2.5 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR ROMEU TUMA – Congratulações ao Senador Romero Jucá e demais parlamentares que possibilitaram a aprovação do Orçamento do próximo ano. Preocupação com o aumento da criminalidade no País e a participação de policiais nas organizações criminosas. Homenagem aos funcionários da Casa pela sustentação ao desempenho das atividades parlamentares.	32472	SENADOR BELLO PARGA – Considerações sobre o trabalho político e social da Deputada maranhense Nice Lobão.	32494
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro do empenho dos parlamentares para a aprovação do Orçamento 2002. Transcrição de matéria publicada no jornal Folha de S.Paulo, no caderno Folha Dinheiro, intitulada “Preço de gasolina cai até 20% em janeiro”.	32474	1.2.6 – Comunicação da Presidência	
SENADOR LÚDIO COELHO – Importância do setor agrícola para o desenvolvimento econômico do País. Necessidade de aplicação dos recursos públicos nos setores de interesse da coletividade.	32475	Lembrando ao Plenário a realização de sessão conjunta do Congresso Nacional hoje, às 17 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a apreciar matéria orçamentária.	32494
SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Esclarecimentos sobre os trabalhos da Comissão Par-		1.3 – ENCERRAMENTO	
		2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR	
		Do Senador Benício Sampaio, proferido na sessão de 18-12-2001. (Republicação.)	32494
		3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA	
		4 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
		5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		7 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 6ª Sessão Não-Deliberativa em 27 de dezembro de 2001

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ramez Tebet, José Alencar e Romeu Tuma.

(Inicia-se a sessão às 10 horas.)

Of. nº 192/01

Brasília, 27 de dezembro de 2001

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma, procederá à leitura do expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

OFÍCIO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PS-GSE/648/01

Brasília, 19 de dezembro de 2001

À Sua Excelência o Senhor
Senador **Carlos Wilson**
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Nesta

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que foi rejeitada a Emenda oferecida por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2001 (MPV nº 7/2001), do Poder Executivo, o qual "Altera a Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER."

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Severino Cavalcanti**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) — O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

Excelentíssimo Senhor
Senador **Ramez Tebet**
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, o Deputado Gonzaga Patriota (PSB), em substituição ao Deputado Givaldo Carimbão (PSB), como membro titular e o Deputado Givaldo Carimbão (PSB), em substituição ao Deputado Gonzaga Patriota (PSB) como suplente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima. – Deputado **Inácio Arruda**, Líder do Bloco PCdoB/PSB.

OF/GAB/II/Nº 962

Brasília, 27 de dezembro de 2001

A Sua Excelência o Senhor
Senador Ramez Tebet
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Pinheiro Landim passa a integrar, na qualidade de Titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização em substituição ao Deputado Marcelo Teixeira.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. Primeiro-Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Aviso nº GP/TCU

Brasília, 6 de dezembro de 2001

Senhor Presidente,

Em referência ao Parecer nº 1.163 de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, encaminhado a este Tribunal por meio do Ofício nº 1.360 (SF), de 22 de outubro de 2001, dessa procedência, envio a Vossa Excelência cópia integral do processo nº TC-003.516/2001-0, que trata de auditoria realizada em 2001 nas obras da Barragem do Açude Castanhão, no qual foi verificado que as irregularidades apontadas no relatório de auditoria de 2000 (TC-008.615/2000-2, Decisão Plenária nº 778/2000-TCU), não mais remanescem no relatório de 2001.

Atenciosamente, **Humberto Guimarães Sou-**
to, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – O expediente que acaba de ser lido, anexado ao processado do Aviso nº 182, de 2000, vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

Sobre a mesa, expedientes que serão lidos pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

Aviso nº 1.670 – GP/TCU

Brasília, 6 de dezembro de 2001

À Sua Excelência o Senhor
Senador **Ramez Tebet**
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 1.591 (SF) de 26-11-01, dessa procedência, por meio do qual Vossa Excelência encaminha cópia do Parecer nº 1.371/2001, indagando sobre os resultados das determinações contidas no Acórdão nº 88/2001 – TCU – Plenário, informo que o mencionado expediente foi encaminhado à Segecex, Unidade Técnica competente, para as providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Humberto Guimarães Sou-**
to, Presidente.

Aviso nº 1.673 - GP/TCU

Brasília, 6 de dezembro de 2001

À Sua Excelência o Senhor
Senador **Ramez Tebet**
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 1.597 (SF) de 28-11-01, dessa procedência, por meio do qual Vossa

Excelência encaminha cópia do Requerimento nº 700/2001, relativo à solicitação de inspeção nas obras da Anatel nos Estados do Amazonas, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e Paraná, informo que o mencionado documento foi encaminhado à Segecex, Unidade Técnica competente, para as providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Humberto Guimarães Sou-**
to, Presidente.

Aviso nº 1.676 - GP/TCU

Brasília, 6 de dezembro de 2001

À Sua Excelência o Senhor
Senador **Ramez Tebet**
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Acuso o recebimento do Ofício nº 1.575 (SF), de 23-11-01, dessa procedência, por meio do qual encaminha cópia do Requerimento nº 673, de autoria do Senador Casildo Maldaner, solicitando auditoria nas obras de construção da BR-282/SC – Florianópolis/Divisa com Argentina, e informo Vossa Excelência que o referido expediente foi encaminhado ao Gabinete do Relator, Senhor Ministro Ubiratan Aguiar.

Atenciosamente, – **Humberto Guimarães Sou-**
to, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Os expedientes que acabam de ser lidos, anexados aos processados do Aviso nº 100, de 2000, e dos Requerimentos n.ºs 673 e 700, de 2001, aguardarão na Secretaria-Geral da Mesa as manifestações do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, hoje vamos ter oportunidade, de fato, de encerrar o período da difícil missão que tivemos em 2001. Com certeza, ficará na memória desta Casa o ano conturbado por que todos nós, brasileiros, passamos, em especial com as dificuldades econômicas, os grandes conflitos no campo, as greves, a movimentação e a mobilização das classes de trabalhadores reivindicando reajustes salariais, e das classes dos empresários, reivindicando o realinhamento de preços.

Mas é notório que superamos bem este ano. Diferentemente, está aí o exemplo da Argentina, país vizinho, que compõe o Mercosul e se encontra em total caos, onde até a convivência entre as pessoas é difícil, é a árdua luta de vencer o dia-a-dia. Ninguém sabe como será o dia de amanhã. Hoje, os argentinos estão lutando para sua sobrevivência pessoal, saquearam supermercados, enfrentaram a polícia, cuja função é dar segurança à população, substituíram o seu Presidente – tiveram, em 48 horas, quatro Presidentes da República. No Brasil, conseguimos sobreviver esses anos mais difíceis, em especial o ano de 2001, sem, em nenhum momento, sofrer a crise das instituições, sem ver o nosso povo se insubordinando, se insurgindo contra a ordem pública.

Eu diria, portanto, que é um momento de reflexão, de termos a oportunidade de, em reunião de família, em reunião de amigos, passar o Natal e agora, às vésperas das festas de final de ano, poder saber que o nosso País superou essas dificuldades mais complicadas; os nossos Estados também, os nossos Municípios, até mesmo as nossas famílias. Sabemos que não conseguimos o que queríamos. Todos temos sonhos, todos queremos o melhor para os nossos, mas sabemos que alcançar isso é muito difícil.

Tivemos também alguns exemplos maravilhosos no que se refere à infância e à adolescência, em especial lá no meu Estado, o Pará. Infelizmente, ocorreu o falecimento, recentemente, de uma pessoa muito ligada a essa área, o Desembargador Paulo Frota. S. Ex^a teve uma grande oportunidade de mostrar, em conjunto com o Governo do Estado e com a sociedade, um trabalho à frente do Juizado Especial da Infância e da Adolescência. O trabalho foi coroado com a sua promoção ao desembargo. Infelizmente, no final deste ano, em razão de uma grave doença, faleceu, mas deixou a marca de um grande homem. Certamente, daremos continuidade ao seu trabalho com a criação da Fundação Paulo Frota, que será dirigida por sua esposa, D^a Telma, no Estado do Pará, que hoje é referência nacional na recuperação de menores, não só no Governo do Estado como também nas Prefeituras Municipais, dando a sua colaboração, a sua participação e um grande exemplo para o País de como se recuperam pessoas como crianças principalmente.

Há pouco, o Senador Gilvam Borges deu um exemplo do seu Estado do Amapá, uma criança de 10 anos lhe remeteu uma carta pedindo-lhe uma cadeira de rodas, pois a sua já estava muito velha. Parece uma coisa simples, porém essa criança foi vítima de uma bala perdida, um episódio triste que ocorreu lá

no seu Estado. Essa criança era órfã e aos dez anos, ficou parálitica, vítima de uma bala perdida quando fazia compras para a sua casa. É uma coisa muito presente em nossas vidas, não só nas nossas, que somos Parlamentares, Vereadores, Deputados, Senadores, Governadores e até Presidente da República. Esse fato passou a frequentar todas as classes sociais, níveis e conversas.

O Brasil realmente tem essa característica de união, de solidariedade e apoio. Aqui, sempre há essa possibilidade de realmente se poder superar as dificuldades.

Vimos também um péssimo exemplo no Estado de Alagoas, da Senadora Heloísa Helena. Um Juiz da Vara da Infância e da Adolescência, embriagado, atropelou e matou uma criança de 15 anos, também nesse mês de dezembro. O fato foi noticiado pela mídia nacional, e tenho certeza de que o Governador do Estado também tomará providências junto ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público, para que se possa enquadrar esse cidadão. Pode até ter sido pelos motivos que ele, futuramente, irá usar para se justificar. Mas, na verdade, para um homem que desempenha aquela função, gozando de respaldo e respeito, fica muito difícil justificar para a sociedade um ato como esse.

Faço também hoje uma referência ao Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado da República. Fomos autoconvocados pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, participamos de todas as sessões, inclusive as realizadas às vésperas do Natal, e estamos aqui novamente para concluir os nossos trabalhos. A Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização esteve reunida até às 5h da madrugada e conseguiu votar mais de mil e quinhentos destaques. Hoje à tarde, daremos continuidade ao nosso trabalho, encerrando, assim, a votação do Orçamento. Logo após, o Congresso Nacional se reunirá para votá-lo, permitindo que o nosso País – que está vendo o exemplo da Argentina – inicie o ano com as suas contas estabilizadas, com superávit na balança comercial que ultrapassará US\$2,5 bilhões acima das metas determinadas no acordo entre o Governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional. Isso dará oportunidade ao Brasil para recorrer, no próximo ano, a uma nova linha de crédito para investimentos, principalmente, na área social.

O Brasil dá um grande exemplo com as suas contas em dia, com o controle da inflação – que está bastante reduzida se comparada aos países que têm uma economia semelhante à nossa –, com a estabilidade da moeda e, principalmente, com o retorno dos

investimentos, para a geração de emprego e renda para todos os brasileiros.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixo, desta tribuna, os meus votos ao país vizinho, a Argentina, de recuperação da sua estabilidade econômica para que a sua população volte a viver em paz, e assim se some a nós no Mercosul e na América Latina como um todo. Isso é o que precisamos para permanecer como estamos e melhorarmos no futuro, pois é o desejo de todos os povos e nosso, em especial, que a nossa população e o nosso País melhorem cada vez mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao eminente Senador Freitas Neto.

O SR. FREITAS NETO (Bloco/PSDB – Pl. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Poder Legislativo fecha o ano de 2001 com um saldo extremamente positivo. Examinou número recorde de proposições, e, mais importante, afirmou-se como Poder autônomo.

Nada disso significa que os últimos doze meses tenham sido tranquilos para o Congresso Nacional. Ao contrário, especialmente no Senado vivemos dias de grande turbulência. Três Senadores – dois ex-Presidentes e um ex-Líder do Governo – renunciaram ao mandato. Para o Senado, foi esse um processo doloroso e desgastante. A Casa, porém, se impôs.

Terminamos o ano com 996 matérias votadas, um recorde de todos os tempos. Entre o início dos trabalhos legislativos, em 29 de janeiro, e o final da última semana, 21 de dezembro, foram realizadas 193 sessões plenárias.

Das 902 matérias aprovadas, 82 foram enviadas à sanção presidencial e 135 à Câmara dos Deputados; promulgaram-se 572 outras matérias e foram votadas 79 escolhas de autoridades, dentre elas chefes de missões diplomáticas e diretores de agências reguladoras, e foram arquivadas 94 proposições.

A simples enumeração não permite uma visão da importância das matérias examinadas. Cito apenas algumas delas, pelo que representam para as instituições brasileiras. É o caso da emenda constitucional que impôs limitações à edição de medidas provisórias e fixou restrições, ainda que parciais, à ação legislativa do Poder Executivo. Reviu-se também o instituto da imunidade parlamentar, dando-se nova sistemática à responsabilização dos detentores de mandatos legislativos federais e abrindo caminho para que respondam por acusações de delitos comuns.

Chamo a atenção para três aspectos extremamente relevantes da ação do Poder Legislativo no ano que se está encerrando.

Primeiro, a presteza com que respondeu aos apelos que lhe foram dirigidos. Não me refiro aqui apenas às questões de natureza ética, mas também às necessidades do calendário. Assim, será possível colocar em vigor a partir de 1^o de janeiro a contribuição incidente sobre os combustíveis, possibilitando uma completa reordenação do processo de formação de preços do setor energético. Nesse caso, como em muitos outros, o Congresso atendeu também às demandas do Poder Executivo. A dedicação dos Parlamentares neste momento à votação da proposta de Orçamento Geral da União constitui o melhor exemplo da eficiência do Legislativo e da capacidade de trabalho dos Parlamentares.

Destaco, em segundo lugar, a sensibilidade mostrada para com os reclamos da comunidade. Muitas das proposições aprovadas terão reflexos imediatos no dia-a-dia dos cidadãos, que por elas ansiavam. Poderia dar dezenas de exemplos. Detenho-me, porém, na gratuidade dos testes de DNA, medida que garantirá justiça para um grande número de brasileiros, e na revisão da tabela de descontos do Imposto de Renda, que trará alívio financeiro para vários milhões de contribuintes.

Por fim, gostaria de lembrar que um crescente número das proposições aprovadas foi de iniciativa parlamentar, ainda que entre elas existam muitos projetos encaminhados pelo Executivo. Entre os projetos de origem parlamentar que aprovamos lembro a própria revisão do Imposto de Renda, que encontrou inúmeros obstáculos, a atualização do voto eletrônico e a criação do Estatuto das Cidades.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por essas razões me permiti afirmar que neste ano o Congresso afirmou-se como poder autônomo. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados não mostraram apenas dinamismo. Foram além disso. Enfrentaram resistências e mostraram altivez ao aprovar proposições, como a revisão do Imposto de Renda, alinhadas ao apelo popular.

Mantiveram uma relação produtiva com o Poder Executivo, como reconheceu, em recente pronunciamento, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, democrata de primeira linha. Câmara e Senado não faltaram ao Presidente, em um ano de incertezas na economia internacional.

Romperam barreiras, muitas das quais internas, ao se dedicarem a temas antes evitados, como o es-

tabelecimento de um Código de Ética e a reforma do instituto da imunidade parlamentar.

Mais do que tudo, o Congresso Nacional soube atender às justas aspirações do povo brasileiro. Tenho a absoluta convicção de que nos orgulharemos sempre da participação que tivemos nas realizações do Poder Legislativo neste 2001.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao eminente Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, segundo o relato dos Congressistas no que tange à avaliação do ano que se finda, apesar de todas as turbulências e dificuldades, o Congresso Nacional, pilar maior da democracia, deu uma prova de que está com seus assentamentos democráticos consolidados.

O Senado Federal, em toda a sua história, nunca teve momentos de tamanha exposição e interligação com a sociedade brasileira como os episódios da disputa da Mesa do Senado Federal que culminaram com o afastamento, pelo voto, de um Senador e com a renúncia de três outros Senadores.

Sr. Presidente, a pujança do Brasil, a soberba, a capacidade de trabalho e a espirituosidade do povo brasileiro o mantêm como um dos países mais belos do mundo não só no que tange ao seu potencial ecológico e turístico mas também no seu potencial de gente, de povo.

É verdade que temos as nossas dificuldades como povo, mas acreditamos neste País maravilhoso. Os poderes constituídos têm-se equilibrado da melhor forma possível. O Presidente Fernando Henrique, apesar das críticas e do próprio desgaste do cargo, tem conduzido o País de forma séria. Podemos dizer que o nosso País, no que se refere às reformas estruturais, fundamentais, para adequá-lo às exigências do mundo globalizado, apesar do que já foi feito, precisa ainda dar continuidade a esse processo. A reforma administrativa é necessária. Precisamos urgentemente da reforma política e da implementação da reforma tributária. Outro passo importantíssimo também são as privatizações, algumas já ocorridas.

Portanto, ao Presidente Fernando Henrique, o chefe maior da Nação, autoridade maior do Poder Executivo, nossas congratulações pelo trabalho que tem desenvolvido pelo País e, obviamente, pelo povo brasileiro.

Há de se convir que as dificuldades são enormes na área de segurança pública, saúde, habitação.

Os problemas também são gravíssimos quanto aos servidores públicos, aos aumentos, à situação do Parlamento.

Sr. Presidente, havemos de convir que este País tem crescido. Acredito na revolução pelo homem, pelas idéias e pela formação do caráter. Portanto, a educação e a prioridade na área social precisam ser o carro-chefe para que possamos investir maciçamente nas gerações futuras e, assim, tenhamos homens cada vez mais qualificados, na agricultura, no comércio, na indústria, na área política do Vereador, do Deputado Estadual, das Lideranças que conduzem e fazem este País. E somente com investimento maciço na mudança da mentalidade para forjar o caráter por uma sociedade sólida, com a moral consolidada, teremos um País melhor no futuro.

O Ministro Paulo Renato implementou programas ousados, apesar de suas dificuldades. Mas está aí, na América do Sul, países vizinhos, como Argentina, numa crise violenta, à qual, felizmente, estamos resistindo bravamente e com perspectivas muito boas.

Sr. Presidente, quero dizer a todas as mulheres do meu País que acreditamos no potencial delas. São elas que dão os primeiros ensinamentos a todos nós seus filhos, homens e mulheres. E este País está necessitando de uma política revolucionária de investimento na área de educação para as mulheres. Creio que devamos ter matérias específicas para o treinamento às nossas adolescentes, a fim de que possam ter os conhecimentos básicos necessários que as possibilitem ser um elemento decisivo na formação da nossa sociedade. Reporto-me a todas as mulheres brasileiras, e aos homens, que se mostram um pouco carrancudos, porque, às vezes, ficam chateados quando dizemos que as mulheres é que mandam. É verdade.

Peço ao Presidente Fernando Henrique que pense seriamente na instituição da bolsa-mulher, da bolsa-adolescente, para que as mulheres a partir dos treze anos possam ser amparadas por um programa especial do Governo Federal que possibilite o custeamento de cursos nas próprias escolas públicas e particulares para aperfeiçoarem essa sua capacidade extraordinária não só da procriação, mas de lidar com problemas das mais variadas ordens. Como elas são a nossa base, como elas são a sustentação da sociedade, é por intermédio delas que poderemos começar a implementar a grande revolução que a sociedade brasileira necessita.

Sr. Presidente, registro a presença do nosso Prefeito, de Porto Grande, acompanhado do seu as-

sempre, que nos honra com a sua presença, na tribuna de honra do Senado Federal. O objetivo principal de S. Ex^{as} em Brasília é fazer gestões junto às autoridades federais, no sentido de buscar recursos para serem aplicados naquele Município.

Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de levar ao conhecimento de V. Ex^{as} um episódio que aconteceu comigo, que passo a citar rapidamente. No dia 24 de dezembro, às vésperas do Natal, eu estava na minha casa com minha mãe e a minha família. Minha mãe é a minha assessora, aquela que nomeei e que me ajuda no dia a dia. Entretanto, quando faltava uma hora para o dia de Natal, ela aproximou-se de mim e disse-me: "Meu filho, dê uma lida nesta carta". Em permanente contato com o eleitorado, no dia-a-dia, acabamos ficando calejados, porque os pedidos de ajuda são inúmeros – nós sabemos como são essas coisas. Era um bilhete escrito de próprio punho por um garoto de dez anos e dizia mais ou menos o seguinte: "Senador Gilvam, eu fui ao comércio, ao boteco comprar uma dúzia de ovos para o almoço; de repente, senti uma dor horrível e caí por terra. Minha mãe me botou no colo e me levou para o hospital. Eu havia recebido um tiro, uma bala perdida". Isso ocorreu no Amapá e me tocou profundamente. Ele não me pedia um brinquedo, mas uma cadeira de rodas.

Neste momento, interrompo minha narração para fazer uma homenagem especial a todas as pessoas que estão num leito de hospital impossibilitadas de se locomoverem e que recebam a solidariedade de todo o povo brasileiro.

Telefonei imediatamente para o garoto e disse-lhe que podia contar com a cadeira de rodas. Não se trata do valor da cadeira de rodas. Não se trata de uma cadeira de rodas. Falo da situação crítica de uma criança que, como milhares de outras pelo País afora, não tem nenhuma perspectiva. Aquela cartinha, Sr. Presidente, tocou-me profundamente. Como estamos perto do Ano-Novo, quero solidarizar-me com todos os enfermos, com todas as crianças e com todas as pessoas que passam fome neste País. Nós brasileiros temos uma boa alma e uma boa índole; somos gente solidária. Quero solidarizar-me com todos os enfermos, os doentes e os desesperançados, as pessoas sem perspectivas e doar-lhes um pouco de nós. Noventa e nove por cento do Congresso Nacional são lideranças que se preocupam com nosso povo e com nossa gente e não só com a elaboração das leis.

Agradeço, Sr. Presidente, a atenção de V. Ex^a e de todos os Pares. Desejo a todos os meus Colegas prosperidade, sucesso, saúde e paciência. Iniciaremos um ano eleitoral e enfrentaremos mais uma bata-

lha. Muitos daqui disputarão o Governo; outros, a reeleição; outros, a Câmara Federal. Desejo a V. Exas muita prosperidade com suas famílias, com os eleitores e com o País principalmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, preliminarmente, cumprimento desta tribuna o Senador Romero Jucá e todos os Parlamentares que, durante esses dias, têm lutado para que o País aprove o Orçamento do próximo ano.

Ontem, o Senador Gilberto Mestrinho e outros Srs. Senadores participaram da reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e verificaram a disposição de dotar o País de um Orçamento. Não se pode garantir que seja perfeito; não podemos garantir a ausência de falhas; e não podemos garantir a ausência de dificuldades na aplicação das verbas orçadas. Mas acredito que, no decorrer do ano, o Governo terá lucidez para gerir o Orçamento, de modo a equilibrar nossas finanças.

O Brasil tem problemas, mas se mantém vivo produzindo. Cito o exemplo vivo do Senador José Alencar, um empresário que conhece as grandes dificuldades por que passa setor empresarial para manter a produtividade e os empregos. Esse fato é importante. O Brasil tem conseguido vencer apesar das recentes restrições internacionais que impedem quase totalmente a entrada de produtos brasileiros em outros países. Alcançamos a qualidade para exportar.

O Senador Lúdio Coelho sabe das grandes dificuldades que o País atravessou na agropecuária, mas o desenvolvimento e a pesquisa têm ajudado o aumento da produtividade.

Ainda há pouco, Sr. Presidente, discutiu-se aqui o problema do algodão. Até pouco tempo atrás a produção de algodão caiu quase a zero em nosso território e tivemos de importar o produto do Paquistão, do Egito e de outros países da Ásia, do Oriente. Hoje, com muita alegria, ao conversar com alguns Senadores do Nordeste e do Norte, constatamos que a produtividade do algodão aumentou, sem mais necessidade de importá-lo e sua qualidade atingiu nível internacional para exportação.

O Orçamento foi discutido com vigor e intensidade ontem. Nas duas vezes em que se solicitou verificação de quorum, o Senado correspondeu com a presença necessária. Participamos da discussão de

todos os itens e destaques apresentados e que passavam de 2.000. O Presidente e o Relator tiveram paciência e conduziram os trabalhos com tranqüilidade e serenidade. Não houve entreviro, e sim discussão de cada um dos destaques buscando-se o melhor.

A Oposição participou ativamente, Senador Gilberto Mestrinho; todos lutaram pelos seus destaques. Não há como negar a participação ativa da Oposição na elaboração do Orçamento. O Orçamento contou com a participação de toda a representação nacional no Congresso, porque todos apresentaram seus destaques, discutiram, lutaram para que eles fossem inseridos no bojo do contexto geral do Orçamento que deverá ser votado no Congresso. O Senador Romero Jucá é testemunha da participação ativa da Oposição, a quem cumprimentamos. Houve quórum, não obstruíram, mas exigiram que suas verbas fossem aprovadas e incluídas no Relatório final.

Outro assunto me preocupa muito: o aumento da criminalidade. É muito triste, particularmente para mim, policial que sempre fui, a participação de um número crescente de policiais nas organizações criminosas. Que causas poderiam explicar essa falta de devoção profissional? Por que abdicam da realização do sonho na carreira que escolheram por vocação? Será o problema salarial? Será a negligência do Poder Público em atender às necessidades do homem da polícia? Talvez seja tudo isso. Mas falta um pulso firme que exija permanente fiscalização do comportamento de cada policial. Precisamos repensar o nosso sistema de segurança.

Fico a me perguntar se adianta o Governador comprar uma centena de viaturas, milhares de armas e se esquecer de quem está por trás da direção do veículo, por trás de uma arma, sem reciclagem periódica, sem estímulo permanente, tendo essa como uma profissão sagrada e importante para tratar da doença da sociedade, a criminalidade.

Então, temos de repensar esses pontos. E acredito que esta Casa seja importante para rediscutir a função da atividade policial. A nossa tristeza é vermos, todo dia, uma notícia de participação de policiais no crime organizado.

Tenho presidido a Comissão de Roubo de Cargas e sentido o crescimento de uma estrutura bastante e bem organizada nesse segmento. Essa Comissão adveio da CPI do Narcotráfico, problema que também tem nos infelicitado muito devido ao seu crescimento. Hoje, crianças com oito ou dez anos de idade já estão experi-

mentando drogas. Com isso, estamos perdendo o terreno e a guerra para os traficantes.

A Comissão de Roubo de Cargas tem demonstrado, em todas as investigações que fazemos, depois de determinados tipos de apuração, um envolvimento direto ou indireto de policiais no apoio a essas quadrilhas.

Então, temos de olhar para dentro. A segurança tem de ter um olhar interno. Não adianta nos preocuparmos somente com a ação do criminoso, sem cuidar para que a segurança atue preventivamente e evite o crescimento da criminalidade.

O Senador Roberto Requião tem, às vezes, vindo a esta tribuna denunciar o aumento da criminalidade no seu Estado – S. Ex^a me olha de lá, desconfiado –, porque é um apaixonado pela segurança pública, pela polícia. Sei que, quando Governador, S. Ex^a dava muito apoio ao sistema de segurança do seu Estado.

Então, temos de repensar um pouquinho isso e olharmos com mais carinho para essa atividade, porque ela é tão importante quanto a Medicina. Ela busca cuidar do esgoto da sociedade, onde deságua toda forma de revolta da sociedade, a criminalidade e aquilo que traz intranqüilidade e uma vida sem segurança para o cidadão. Estamos num caminho que precisa ser modificado. Estamos numa encruzilhada: ou escolhemos o caminho certo, ou a sociedade não terá mais tranqüilidade e não poderá viver em paz. E falamos em paz num período importante, o final do ano, o Natal. Tudo isso nos traz lembranças de que não nos podemos esquecer.

No último domingo, o “Programa do Faustão” nos deu um exemplo de honestidade. Na última reunião da Rio-92, um cidadão que fazia a limpeza de uma área encontrou um pacote com dinheiro e o devolveu. Era um lixeiro, um limpador de rua. Passaram-se dez anos. A Globo, pelo “Programa do Faustão”, resolveu homenageá-lo. Tudo o que ele sonhava em ter nesses dez anos foi oferecido a ele como recompensa. Num período difícil, em que a honestidade não se faz presente em vários segmentos sociais, ele, sem dúvida alguma, deu um grande exemplo e disse que repetiria o gesto, devolveria, novamente, se encontrasse um dinheiro, apesar de saber das necessidades por que passa com a sua família.

Gostaria, Sr. Presidente, se me permitisse, de fazer uma homenagem aos funcionários desta Casa: ao Dr. Carreiro, à Dr^a Cláudia, a todos os membros da Secretaria-Geral, à Taquigrafia, que deram um exem-

plo de esforço, em vários segmentos dos nossos trabalhos – nas CPIs, nas apurações do Conselho de Ética –, pois estiveram sempre presentes, com tudo prontinho no dia seguinte para que pudéssemos acompanhar, ler e discutir os pontos importantes das matérias examinadas; bem assim as assessorias, que percorrem os nossos gabinetes e auxiliam-nos nos nossos relatórios. Enfim, homenagem todo o corpo de funcionários desta Casa, que nos dá o que é importante: o alicerce, a sustentação para o bom desempenho do mandato parlamentar que recebemos em confiança da população. Homenageio também, com todo o carinho, todos os nossos Senadores, sempre presentes, sempre amigos, sempre discutindo, como se fôssemos uma irmandade. Que Deus nos ajude nesta passagem de ano! Que continuemos assim: representando a sociedade e, cada vez mais, lutando para que ela tenha um melhor nível de vida. E que a amizade que reina nesta Casa permaneça incólume por todo o ano próximo, se Deus quiser!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência se congratula com o eminente Senador Romeu Tuma pela mensagem justa que faz ao corpo de funcionários do Senado Federal, não só ao Dr. Carreiro, à Dr^a Cláudia Lyra, como também à Taquigrafia, à Gráfica, a todos os servidores desta Casa, que souberam acompanhar os trabalhos intensos que tivemos todos neste ano de 2001.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Pela Liderança do Governo, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra para fazer dois rápidos registros.

Em primeiro lugar, quero secundar as palavras do eminente Senador Romeu Tuma, que bem aqui falou do avanço que se conseguiu, do esforço que se fez para aprovar, na Comissão de Orçamento, o Orçamento do próximo ano. Quero registrar o empenho de todos os Deputados e, especialmente, dos Senadores, que se deslocaram com muita dificuldade, abrindo mão, inclusive, de programações pessoais, para virem à Casa maciçamente. Ontem, tivemos a pre-

sença de todos os Senadores no plenário da Comissão de Orçamento. Conseguimos, às 5h30 da manhã, encerrar a votação de todos os destaques. Portanto, a peça orçamentária está pronta para ser votada hoje, na sessão do Congresso Nacional.

Quero, aqui, registrar, além do esforço dos Senadores e Deputados, o trabalho da equipe técnica, dos técnicos da Comissão de Orçamento, que realmente se desdobraram, trabalhando várias noites, até de madrugada, para que pudéssemos dar ao País, ainda neste exercício, um Orçamento, sinalizando para a opinião pública, interna e externa, que somos diferentes da Argentina, que estamos na normalidade financeira e fiscal e que temos estabilidade econômica e política para gerir este País.

Quero também, Sr. Presidente, fazer outro registro, com satisfação. Fizemos, neste final de ano, um esforço muito grande e votamos aqui uma emenda constitucional que possibilitará a importação de combustíveis para o mercado interno. Depois, num esforço gigantesco e mais rápido ainda, votamos a regulamentação da própria CIDE, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, criada por emenda constitucional. Naquele momento, como Relator, eu relatava, discutia e explanava as vantagens que essa regulamentação poderia trazer para o País.

E é com satisfação que peço a transcrição de matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, no caderno **Folha Dinheiro**, com o seguinte título: "Preço da gasolina cai até 20% em janeiro". Trata-se de um anúncio do Presidente da República demonstrando a assertiva dessa aprovação. Sem dúvida alguma, a diminuição do preço do combustível vai diminuir a inflação, possibilitar a retomada do desenvolvimento com mais força, enfim, dar melhores condições de vida à população. Esse resultado é fruto de uma parcela importante do Senado no trabalho da regulamentação da emenda constitucional e também da lei complementar que regulou a CIDE.

Peço a transcrição dessa matéria e registro, com satisfação, essa conquista não apenas do Governo, mas, principalmente, do povo brasileiro.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

DOCUMENTO A QUE SE
REFERE

Dólar livre R\$ 2,333/2,334
Dólar paralelo R\$ 2,367/2,371
Dólar paralelo R\$ 2,302/2,304
Petrobrás 0,732496
Euro em Londres 0,9080 dólar
Dólar em Tóquio 122,93 ien

FOLHA DINHEIRO

PÁGINA B 1 * SÃO PAULO, SEXTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2001 * CONCLUÍDO ÀS 22H58

TEL: (11) 3131-3131
FAX: (11) 3131-3131
FAX: (11) 3131-3131
Serviço de
Atendimento ao Cliente
(11) 3131-3131

COMBUSTÍVEIS. Queda ocorrerá na BR Distribuidora, segundo FHC, mas mercado é livre; gds de cozinha terá aumento de 12%

Preço da gasolina cai até 20% em janeiro

JAVANA DE FREITAS

DE ECONOMIA E FINANÇAS

O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou ontem redução no preço da gasolina e do óleo diesel e aumento no preço do gás de cozinha a partir do próximo dia 2 de janeiro.

A gasolina cairá menos 15% nas refinarias e 20% em média nas bombas dos postos de combustível da BR Distribuidora, empresa ligada à Petrobras.

O preço do óleo diesel será re-

duzido em 8% nas refinarias e em 6% em média nos postos. Quanto ao GLP — o gás de cozinha —, terá reajuste de 12%, o que implicará aumento de R\$ 2,00 por litro.

Fernando Henrique Cardoso

diz ainda que será concedido

subsídio de R\$ 720 por mês a 9

milhões de famílias carentes.

Tarifa de energia

Ele confirmou que deverá haver

reajuste de tarifa de energia elé-

trica e disse que a queda no preço

dos combustíveis compensará es-

ta medida. "Os impactos sobre a inflação serão bem menores do que foram ditas e imaginadas anteriormente as decisões que tomamos".

Embora o governo estime queda de 20% no preço da gasolina nos postos de combustíveis, isso pode não se confirmar porque o preço para o consumidor está liberado e a queda dependerá dos revendedores. Eles poderão ou não aplicar o redutor de preço estimado pelo governo.

No Mato Grosso do Sul, FHC passou a manhã no Palácio da Alvorada, a residência oficial, e foi ao Palácio do Planalto no final da tarde.

FHC fez este anúncio a partir do Congresso que aprova o Orçamento de 2002.

Em seguida, ele embarcou para Montevideo, onde deverá participar de um encontro com o presidente da Argentina, Fernando de la Rúa, que renunciou mais tarde, e os presidentes dos outros países que integram o Mercosul.

"É uma boa notícia para este fim de ano, uma notícia pre-natalícia,

em um momento em que há

as dificuldades para manter a

inflação baixa", disse.

O presidente Fernando Henrique Cardoso indicou duas linhas básicas para a redução no preço dos combustíveis em 2002, quando do haverá eleição presidencial e aprovação da Cade (Constituição de Intervenção do Domínio Econômico), novo tributo sobre o consumo dos combustíveis, pelo Congresso e a liberalização das importações.

O presidente se queixou de "preços", dizendo que não foi fácil essa mudança.

Em uma reunião com a expectativa do governo é que, com a redução de 20% em média nas bombas dos postos da BR Distribuidora, também haja uma queda no preço cobrado pelos outros postos.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, essa medida foi definida em reunião no Rio de Janeiro entre o ministro de Minas e Energia José Jorge, a Petrobras e a BR Distribuidora.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência comunica ao eminente Senador Romero Jucá que o pedido de transcrição será atendido, nos termos do Regimento.

Com a palavra o eminente Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO (Bloco/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Alencar, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos no final do ano de 2001.

Antes de ontem, eu estava no interior do meu Estado, em minha-lavoura, quando recebi a comunicação do Senador Romero Jucá de que precisaria estar aqui hoje. Madruguiei, e aqui estou.

Sr. Presidente, tenho meditado bastante a respeito das nossas atividades no Congresso Nacional. Avalio que a Nação brasileira passou por uma grande transformação nesses últimos anos: conseguimos estabilizar a moeda brasileira, conseguimos controlar a inflação e houve um grande desenvolvimento nos setores da educação e da saúde. A nossa economia, no ajustamento do Plano Real, passou por grandes dificuldades. O setor agrícola atravessou sérias crises. Dívidas foram roladas e chegamos mesmo ao fundo do poço, inclusive causando a falência de muitos. Mas, hoje, voltamos a crescer. E a agricultura deu uma contribuição enorme à estabilização da nossa economia.

Sr. Presidente, avalio a agricultura brasileira como um setor extraordinário da atividade humana no nosso País. Nações mais desenvolvidas, por decisão

própria, subsidiam vultosamente a atividade agrícola, como é o caso dos Estados Unidos, Canadá, Japão e União Européia. O Brasil não tem condições de subsidiar a sua agricultura, que, na maioria das vezes, é praticada a milhares de quilômetros dos portos exportadores. Os transportes aquático e ferroviário são quase inexistentes. As nossas rodovias são precárias. Mais, ainda assim, Sr. Presidente, exportamos nossos produtos agrícolas e ainda concorremos com os países mais avançados, contribuindo enormemente para a economia do País e para a geração de emprego. O setor agrícola é o que mais proporciona trabalho à família brasileira. E não só no campo, como as pessoas pensam. A agricultura desencadeia um processo de trabalho da mais alta importância para a Nação brasileira. Vejam V. Ex^{as} que, a partir do campo, outros setores também são envolvidos, como, por exemplo, a fabricação de máquinas, de adubo, a criação de oficinas, de bares, as indústrias de transformação, os setores de empacotamento, armazenagem e vendas.

Sr. Presidente, confio nos destinos da Nação brasileira! Somos uma Nação relativamente nova. Fomos descobertos em 1500. Mas penso que o Brasil vivo e forte de hoje tem pouco mais de 100 anos. Todo este Brasil Central não existia há 100 anos. As estradas de ferro Noroeste do Brasil, Sorocabana e Norte do Paraná, bem como Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, Goiás e Brasília não existiam há 100 anos. Portanto, somos uma Nação nova!.

Sr. Presidente, medito bastante sobre o que poderíamos fazer para ajudar ainda mais a Nação brasileira.

O Congresso tem evoluído bastante. Agora mesmo temos feito um esforço grande para apreciar o Orçamento da União, com os nossos Companheiros trabalhando até o amanhecer. Mas tenho esperança, Sr. Presidente, de que votaremos o próximo Orçamento com antecedência. Ele precisa ser feito com mais tranquilidade, dia a dia. O que acontece em um ano é mais ou menos o mesmo que é projetado para o ano seguinte. Acredito que, no ano vindouro, faremos algumas reformas básicas de que a Nação necessita. A reforma política é uma delas. Penso que o Presidente da República avaliou que seria mais fácil fazer as transformações de que o País necessitava com essa desordem partidária existente do que com os partidos organizados. Essa estrutura partidária brasileira é incompatível com uma Administração Pública eficiente. No regime democrático, os partidos políticos são os pilares da Administração Pública. E aqui, com os 34 partidos existentes – sei lá quantos – torna-se extremamente difícil a composição, os acertos para conseguirmos apoio. Às vezes, fico imaginando: se o Congresso Nacional não fizer a reforma política, quantos anos levará para que a família brasileira se aglutine em torno de uns poucos partidos políticos, tal como ocorre nas democracias mais consolidadas, como a da Inglaterra e a dos Estados Unidos, onde as suas populações se aglutinaram em torno de partidos que melhor representam os seus interesses? Penso que teremos que fazer essas reformas. Não poderemos aguardar que esse amadurecimento nacional, indispensável à boa qualidade da Administração Pública, se dê daqui a 50 anos.

A nossa tarefa mais importante é procurar aprimorar o desempenho da Administração Pública como um todo no Congresso Nacional, no Poder Judiciário e no Poder Executivo. Repito: precisamos aprimorar o nosso desempenho para que os recursos públicos sejam aplicados naquilo que é essencial e de interesse da coletividade. Não acredito ser importante votarmos mais leis, mas, sim, fazermos funcionar bem as que existem.

Creio que a reforma mais necessária no momento é a do comportamento humano, já que estamos passando por grandes transformações. Todos os dias somos questionados sobre o tema corrupção. Anteontem à noite, eu estava na fazenda, juntamente com outras pessoas, inclusive familiares, que me perguntavam sobre corrupção. Respondi-lhes que, na minha avaliação, ela está diminuindo em nosso País enorme-

mente. Isso se deve a uma melhor atuação dos meios de comunicação. A imprensa, principalmente, acompanha cuidadosamente o comportamento dos homens públicos. Antigamente, não havia os meios de comunicação que há hoje e, portanto, não ficávamos sabendo de muitos fatos que aconteciam.

Sr. Presidente, estou confiante de que teremos competência para conduzir bem o nosso País.

Estamos vendo, agora, a Argentina passar por dificuldades enormes, o que nos faz ver a importância do Mercosul para o Brasil. Talvez um aspecto importante, que não teve o destaque merecido, foi o fato de o Mercosul ter diminuído muito a situação de quase beligerância que havia entre a Argentina e o Brasil, no passado. Os dois países trabalhavam praticamente em função de um possível confronto armado, e o Mercosul fez desaparecer essa rivalidade.

Ao término deste ano, desejo a toda a Nação brasileira meditação, paz e trabalho. Precisamos trabalhar cada vez mais e gastar cada vez menos. Economia é uma questão de princípio. Quem economizou pouco não economizou muito. A Administração Pública precisa cuidar dos detalhes e fazer economia permanentemente. Precisamos aprimorar o desempenho do serviço público, como eu já disse, em todas as áreas: no Judiciário, no Legislativo e no Executivo. O Poder Legislativo brasileiro, em âmbito geral, precisa racionalizar os seus serviços em todas as áreas.

Com a reeleição, assistimos a uma grande evolução da sociedade brasileira na escolha dos homens públicos. Ela está entendendo a importância de escolher criteriosamente aqueles que cuidarão do interesse público.

No meu Estado, onde conheço todos os Prefeitos, de maneira geral foram excluídos dos cargos públicos aqueles que desempenharam com menos cuidado as suas funções, e foram reeleitos os que as desempenharam bem.

É muito importante que a família brasileira escolha cuidadosamente aquele que estará à frente do poder. É ela que o elege. Cabe a ela eleger e cassar o Congressista. Essa função não é nossa. É a população que tem o dever de escolher pessoas competentes e honradas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo a todos um ano de tranquilidade e harmonia, assim como a todo o quadro de servidores do Congresso Nacional, a todo o funcionalismo brasileiro, que tem tido paciência para ajudar no equilíbrio orçamentário, assistindo à redução dos seus salários em relação à inflação. Mas é assim que se conserta.

O País está enfrentando uma espécie de concordata. Durante mais de meio século, gastamos mais do que podíamos, e, agora, a família brasileira tem que acertar essas contas – e isso leva tempo. Não se levanta uma concordata a curto prazo. Estamos com a base pronta. Agora, apenas o trabalho, muito trabalho, será capaz de levantar a economia do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao eminente Senador Roberto Requião. Em seguida, falará o eminente Senador Juvêncio da Fonseca.

Informo ao Senador Juvêncio da Fonseca que o Senador Roberto Requião é o terceiro inscrito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por muito pouco tempo, pretendo usar a tribuna. Usá-la-ei mais para dar satisfações ao Senado da República sobre o andamento da Comissão Parlamentar Mista do Mercosul e da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Presido neste momento a Comissão Parlamentar Mista, que já foi presidida com brilho pelo Senador que me antecedeu na tribuna, o Senador Lúdio Coelho.

Estamos vivendo uma confusão nessa questão da Comissão Parlamentar do Mercosul. A Argentina ultimamente se ausentou do processo em função da sua crise interna. Tivemos uma reunião, há pouco tempo, em Estrasburgo, França – sede do Parlamento Europeu –, com a União Européia. Todavia, a reunião marcada pelo Uruguai, Presidente da Comissão Conjunta, não ocorreu porque os uruguaios chegaram um dia depois da reunião marcada. Parece que haviam se perdido em Amsterdã. Não havia uma preocupação muito séria com o andamento do projeto do Mercosul por parte dos uruguaios. Mas participamos de uma belíssima reunião com a União Européia.

Verificamos, com clareza, que os deputados da União Européia têm uma consciência muito clara de que não se pode construir um mundo afluente e equilibrado com a miséria ocupando grandes espaços do Planeta. Essa consciência se aprofunda e se espalha no Parlamento Europeu.

Mas a influência do Parlamento Europeu, Senador Lúdio Coelho, no comportamento dos executivos, também não é tão grande assim, porque, na hora das decisões, são os grandes lobbies econômicos que tomam as medidas que julgam necessárias.

Queremos exportar, principalmente produtos agrícolas e agroindustrializados, para a Europa. Mas eles, por outro lado, não têm a menor intenção de abrir as suas economias para isso. Até porque, com a próxima entrada da Polônia no Mercado Comum Europeu, eles terão uma produção excessiva de produtos agrícolas e imaginam que devem reduzir a área plantada de insumos de alimento para substituí-los por produtos que viabilizem a produção de álcool metanol e etanol. Utilizam os subsídios agrícolas para eliminarem desequilíbrios regionais. Os mercados se abrem, provocam desemprego e absorvem essa mão-de-obra pouco qualificada para os padrões deles nas atividades agroindustriais e agrícolas, subsidiando pesadamente a agricultura. Trata-se de um fator regulador da sua própria política interna, o que, aliás, ocorre também com os Estados Unidos.

A conclusão a que chegamos, então, é que não será fácil colocar os produtos básicos da economia brasileira na União Européia nem nos Estados Unidos. Por outro lado, isso nos leva a desacreditar nessa bobagem que é a participação do Brasil na Alca. O que é a Alca? Simplesmente uma tarifa externa comum para o mercado do Nafta – Estados Unidos, México e Canadá. Zeraríamos a nossa tarifa, e eles entrariam com os seus produtos à vontade. Mas não pretendem abrir um milímetro das restrições que estabeleceram para a entrada dos produtos brasileiros ou latino-americanos no seu próprio mercado. Aliás, isso já foi consolidado por uma lei agrícola, votada, que estabeleceu US\$171 bilhões de subsídio para a agricultura norte-americana e por um processo recente, quando grandes empresas produtoras de aço se dispõem a comprar siderúrgicas ultrapassadas, obsoletas, do Oregon, desde que o governo americano não importe mais ferro e aço de outros países.

A política americana é francamente protecionista. Eu já disse nesta tribuna que uma análise feita por especialistas em política externa americana da Universidade do Texas, quando de nossa visita a Washington e a Austin, no Texas, deixou claro que o Presidente Bush não pretende ser vítima do mesmo processo interno que eliminou o seu pai da política americana. O pai, Bush, se preocupou muito com a política externa, abandonou a política interna, desprezou lobbies e perdeu a eleição para Bill Clinton. W. Bush, o filho, é um presidente profundamente vinculado aos lobbies internos da política americana, ou seja, vinculado à sua necessidade eleitoral de reeleição.

A Alca não nos interessa, mas interessa ao Brasil jogar de uma forma multipolarizada, com todos os mercados do mundo. Jamais pactos que eliminem a

possibilidade de termos uma política comercial, porque se estabelecemos com um grupo econômico uma tarifa zero, e estabelecemos isso num convênio internacional, não temos autonomia mais para mexer na tarifa de entrada no Brasil de produtos desse grupo. Isso significa a exoneração da realização de uma política comercial. E se não podemos mexer mais, não tendo uma política comercial flexível, não teremos, por via de consequência, uma política industrial. Ficamos de mãos atadas. É evidente que todos somos a favor do livre comércio, que queremos nos relacionar com outros países e que a diminuição das tarifas estimula o mercado internacional, mas isso interessa basicamente aos Estados Unidos, que são a grande potência industrial e pretendem consolidar a sua hegemonia no planeta. Para nós, a política bilateral e multipolarizada é o caminho.

Com o TPA – que ironicamente no Brasil chamamos de TPM, a tensão pré-menstrual do Presidente Bush –, que exclui da possibilidade de negociação 282 produtos – e isso pode ser multiplicado por dois, chegando a quatrocentos e oitenta e poucos produtos –, verificamos que os Estados Unidos oficialmente dizem o que não querem, e o que não querem é exatamente aquilo que nós poderíamos querer. Desse modo, a política da Alca está eliminada.

A Câmara votou uma moção, e eu e o Senador Eduardo Suplicy apresentamos outra de igual teor ao Senado. A Câmara votou no mesmo dia, e o Senado, não sei por que motivo, remeteu a moção à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que, naturalmente, não se reúne mais este ano (Depois reclamamos que a Câmara anda na frente do Senado.). A lentidão e a burocracia são nossas. Não votamos a moção, e a Câmara a aprovou imediatamente, rejeitando a Alca. O nosso Presidente da República fez o mesmo internamente: "Dessa maneira não aceitamos, não podemos embarcar nesse projeto com as exclusões estabelecidas pelo Congresso americano."

Mas, no Uruguai, o Presidente Fernando Henrique Cardoso não teve esse mesmo comportamento. Foi muito interessante essa reunião de cúpula do Uruguai. Em primeiro lugar, eles negaram voz aos parlamentos. Tradicionalmente, o Presidente da Comissão de cada país teria voz nessas reuniões e diria com clareza o que a Comissão pensava das circunstâncias que estávamos vivendo. Falariam o Paraguai, o Uruguai, o Brasil e a Argentina. Eles cancelaram, unilateral e ditatorialmente, a palavra dos parlamentos.

Eu fiquei me perguntando por quê. De início, como Presidente da Comissão brasileira, pensei em levantar e dizer a eles o que eu pensava dessa inter-

venção e dessa censura. Mas, como tínhamos pela frente o problema da Argentina, a crise, eu não pretendi aumentar, com esse desconforto, a intensidade da problemática que vivíamos.

Mas, logo depois, quando o Presidente do Brasil leu um comunicado conjunto, eu percebi o porquê. Porque, ao contrário do que tinha dito no Brasil, Sua Excelência assina um comunicado comum estabelecendo como definitivo para a fixação da Alca, sem nenhuma crítica, sem nenhum reparo, o ano de 2005, que era exatamente o que se havia estabelecido antes. Então, dentro do Brasil, em véspera de eleição, Sua Excelência discorda da Alca porque é prejudicial aos interesses nacionais. Lá fora, Sua Excelência assina um protocolo, e provavelmente ficou com um medo danado de que a delegação parlamentar do Brasil lhe desse um puxão de orelhas, aliás, merecido e necessário. Dessa forma os parlamentos ficaram sem a possibilidade de dar a sua opinião nessa reunião de cúpula, nessa reunião conjunta de Montevideú.

Mas a crise que se estabeleceu, no entanto, leva à consolidação de uma visão peculiar: por paradoxal que pareça, a crise da Argentina nos leva à certeza de que o caminho é o Mercosul. O Brasil deve fazer tudo que for possível para ajudar a Argentina a sair da entaladela em que se encontra, porque a entaladela argentina foi obtida trilhando os mesmos caminhos, com as devidas correções de alguns aspectos diferenciados, que o Brasil vem trilhando, ou seja, a excessiva dependência da economia nacional de fatores externos. Nós escapamos de uma crise maior flexibilizando a moeda, estabelecendo inicialmente uma serpente, com tetos baixos e tetos altos, e, posteriormente, flexibilizamos a política. A Argentina, no entanto, por lei, estabeleceu uma fixação ao dólar, uma fixação tão pesada, tão definitiva e que compromete tanto os interesses empresariais argentinos que mesmo o novo governo não tem coragem de desfazê-la e propõe então uma nova moeda – o argentino. Trata-se de uma moeda que vai variar em relação ao dólar, é um papel emitido pelo governo e que progressivamente tomará o seu espaço na economia, deixando de lado o peso vinculado ao dólar. É como nos propunha Guerreiro Ramos: não se muda abruptamente uma estrutura. Cria-se uma nova estrutura, mantém-se a estrutura antiga e, à medida que a nova estrutura cresce, a estrutura antiga e defasada desaparece, sem o corte abrupto que deixa um país perplexo e evita a assimilação fácil da nova proposta. É o caminho que a Argentina vem tomando.

Acima de tudo, fica a certeza de que temos de auxiliar a Argentina, porque o caminho do Brasil é o

caminho do Mercosul. A Argentina sai da entaladela em que se encontra, tendo encontrado no Brasil a disposição solidária e a visão de cidadania latino-americana e passa a jogar junto com o Brasil nos pleitos no mercado internacional. É isso, Sr. Presidente, ou a velha política de tensão na fronteira. Já concentramos tropas no Rio Grande do Sul e não podemos imaginar que as nossas tropas da selva serão concentradas na fronteira do Rio Grande do Sul novamente diante de uma tensão absolutamente estúpida e desnecessária com a Argentina. Uma tensão que existiu, Senador Lúdio Coelho, por décadas, mas que desapareceu com a democratização dos nossos Países – Argentina e Brasil – e com a Guerra das Malvinas também, que quebrou aquela visão rígida e xenófoba dos militares argentinos em relação ao nosso País. Hoje temos uma convivência fraterna. É preciso que, em vez de tropas na fronteira, tenhamos o mercado brasileiro aberto para os argentinos, o mercado argentino aberto para os brasileiros, argentinos e brasileiros trocando vagas nas universidades, como vem fazendo o Paricum, e empresários brasileiros e argentinos transitando pelos dois países sem nenhum embaraço nas fronteiras. Parece que esse é o caminho que se consolida na visão do Parlamento e parecia a mim que se consolidava também na visão do Executivo brasileiro, até que o Presidente da República foi a Montevideu e assinou um protocolo de intenções – a Carta de Montevideu –, garantindo o estabelecimento da Alca até 2005.

Trata-se de uma política barroca. Eu dizia, ontem, neste plenário, que barroco, na acepção portuguesa da palavra, é uma pérola irregular que deu nome à arquitetura irregular que substituiu a arquitetura clássica. Depois do barroco, vem o rococó. Eu não diria que a política do Governo brasileiro hoje é rococó, mas é barroca e, se não for contida nos seus excessos, na sua submissão aos interesses das grandes economias mundiais, estará, sim, a caminho do rococó.

O Sr. Lúdio Coelho (Bloco/PSDB – MS) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Lúdio Coelho (Bloco/PSDB – MS) – Senador Roberto Requião, em boa hora, V. Ex^a está dando uma dimensão maior à Comissão do Mercosul no Congresso Nacional. Inclusive as reuniões da Comissão estão sendo realizadas normalmente no mesmo local das demais comissões. É necessário que a Comissão do Mercosul tenha apoio mais adequado da direção do Congresso Nacional. Quando a presidi,

estive na Comissão de Relações Exteriores do Congresso dos Estados Unidos e disse ao seu presidente que eu não tinha segurança sobre a conveniência da Alca, porque eu não havia formulado ainda um juízo sobre a conveniência ou não de acordo entre nações em diferentes estágios de desenvolvimento; ou seja, eu não tinha segurança sobre a conveniência desse tipo de acordo. Estamos presenciando a formação de tantos blocos no mundo, que tenho a impressão de que depois tudo ficará do mesmo jeito, porque os negócios realizados entre empresas e nações são bilaterais e não entre grupos. Quando fui a Bruxelas tratar do subsídio dado à agricultura européia, o representante do Mercado Comum Europeu começou dizendo que havia muito interesse em negociar conosco, mas os produtos agrícolas não seriam objeto de discussão. Terminei a reunião dizendo que não teríamos o que discutir caso o Mercosul não discutisse produtos agrícolas com o Mercado Comum Europeu. Um deputado local explicou, então, que, no final da última grande guerra, a área rural das nações do Mercado Comum Europeu estava completamente destruída, o que levou à migração da população do campo para a cidade, trazendo enormes problemas urbanos. Começaram a instituir programas de subsídios, e a agricultura se desenvolveu de tal maneira naqueles países que hoje existe a consciência da conveniência do subsídio. Não obstante nossa chiadeira, nem os Estados Unidos nem a Europa irão retirar subsídios, porque eles estão conscientes da importância da agricultura na geração de emprego de maneira geral. Temos que trabalhar mesmo, porque não conseguiremos retirar os subsídios. Quero parabenizar V. Ex^a e estimulá-lo a continuar trabalhando cada vez mais nas questões do Mercosul, que, a meu ver, estão indo muito bem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Obrigado, nobre Senador Lúdio Coelho. Realmente, eles não irão eliminar os subsídios. O subsídio na Europa e nos Estados Unidos é uma espécie de Programa de Renda Mínima do Senador Eduardo Suplicy no Brasil. Os Estados Unidos dão subsídios pesadíssimos à agricultura. O Brasil produziu, neste ano, 35 milhões de toneladas de soja. Os Estados Unidos produziram 90 milhões de toneladas. Alguns diriam que o Brasil precisaria se aperfeiçoar. Não é por aí. A nossa produtividade na soja, Senador Lúdio, é 40% acima da produtividade americana. O milagre acontece porque os Estados Unidos dão três bilhões de dólares ao ano em subsídios aos plantadores de soja. Como? Garantindo um alentado e nutrido preço mínimo e pagando 40% do seguro agrícola. Bom, a soja exporta-

da pelo Brasil nos dá uma receita de US\$4 bilhões, os Estados Unidos dão de subsídio aos seus agricultores US\$3 bilhões. Três quartos do que faturamos é o valor do subsídio americano. Uma vaca, na França, tem US\$2,5 mil de subsídio por ano, para ser mantida pelo pecuarista, pelo agricultor que mantém vacas leiteiras em sua propriedade. Trata-se de uma quantia maior do que a renda per capita de muitos países latino-americanos! Eles suportam a sua economia em cima de subsídios. Temos que estabelecer uma negociação bilateral. O problema maior da Europa é que, com a entrada da Polônia, haverá excesso de produtos agrícolas. Não saberão o que fazer com esses produtos. Os Estados Unidos, por exemplo, concorrem com essa soja subsidiada, na Europa, com a soja brasileira.

Temos esses problemas que devem ser enfrentados não de uma forma ideológica, como vem enfrentando o nosso Governo, não com essa defesa boba da globalização e do liberalismo econômico, mas de uma forma prática de defesa dos interesses internos do Brasil.

Precisávamos de um governo federal que se comportasse como o governo americano, defendendo os seus empresários e os empregos da sua gente. Mas, até agora, e parece que despertamos – deixe-me bater na mesa para que isso realmente ocorra –, estávamos idealística e ideologicamente abrindo o Brasil, conforme a famosa teoria dependentista do Fernando Henrique Cardoso: se abrirmos a nossa economia, se subordinarmos a nossa economia ao mundo, os empresários nacionais do campo e da cidade serão substituídos, pensava ele, por empresários capitalizados, donos de processos industriais e de tecnologias modernas, que, sem a menor sombra de dúvida, modificariam o perfil da economia brasileira.

Eles imaginavam que, nesse surto de desenvolvimento, surgiriam milhões de trabalhadores e sindicatos fortíssimos. Então, fundaram, idealisticamente também, o PSDB, o Partido da Social Democracia Brasileira.

O que é, do ponto de vista sociológico, a social-democracia? O que é o Partido da Social Democracia? É o braço político do movimento sindical. Sindicatos fortes reivindicariam, num capitalismo forte, instalado pelo capital estrangeiro e por lideranças estrangeiras, melhorias sociais que seriam canalizadas pelo braço político do movimento sindical. Isso é a socialdemocracia. O Partido Social Democrata é o braço político do movimento sindical. Hoje, nenhum Senador, nenhuma pessoa que veja com mais atenção a política brasileira acredita nisso! O PSDB pode ser

tudo, menos o braço político do movimento sindical, e, portanto, pode ser tudo, menos um partido socialdemocrata, porque esse processo todo idealisticamente montado sem nenhuma correspondência com a realidade brasileira naufragou! Está na hora de o Brasil mudar de posição! Espero que isso ocorra nas próximas eleições gerais do ano que vem!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Roberto Requião, V. Exª me permite um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Roberto Requião, feliz está sendo este período entre o Natal e a passagem do Ano-Novo, quando V. Exª nos brinda com um dos mais completos e bem-feitos pronunciamentos, em que traz a sua experiência como Presidente da Comissão do Mercosul. Eu não estava presente quando V. Exª iniciou o discurso, porque precisei acompanhar uma pessoa ao aeroporto, mas, no caminho de volta, pude ouvir, através da Rádio Senado, desde a primeira palavra de V. Exª. Por isso tenho conhecimento do que V. Exª disse desde o início. Eu gostaria de fazer menção ao requerimento que ambos, juntamente com outros Senadores, firmamos, já lido pela Mesa, e que o Presidente Ramez Tebet encaminhou para a Comissão de Relações Exteriores. Segundo o Senador Jefferson Péres, esse assunto será objeto de análise da primeira reunião daquela Comissão, quando retomarmos os trabalhos em fevereiro. Encontrei, no dia 25, o Embaixador do Brasil em Washington, Sr. Rubens Barbosa, e ele me informou que havia recebido – não sei exatamente de qual ministro – a comunicação de que o governo americano havia recebido do Presidente Ramez Tebet a resolução aprovada na Câmara dos Deputados. Não sabia ainda se era a resolução do Congresso. Na verdade, nós, Senadores, vamos completar o exame da proposição. Uma das questões que gostaria de aperfeiçoar, juntamente com V. Exª, é a seguinte: quem sabe, além do requerimento que estamos examinando, possamos tomar a iniciativa de um projeto de resolução que estabeleça diretrizes para o Governo brasileiro; quem sabe, possamos, até fevereiro, pensar em um eventual projeto de resolução que estabeleça diretrizes para além daquela proposta pela moção da Câmara dos Deputados de simplesmente não negociar a Alca; quem sabe possamos ir um pouco mais além, na linha do que V. Exª vem dizendo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Senador Eduardo Suplicy, do ponto de vista constitucional, não. Porque, lamentavelmente, a nossa Constituição determina que a condução da política externa

brasileira é do Executivo. Aliás, há uma proposta de emenda constitucional, de minha autoria, com a assinatura de V. Ex^a, que pretende inverter esse processo. Eu me louvei no sistema norte-americano, não de forma tão radical, porque, no Estados Unidos, o Legislativo é quem conduz realmente a política externa, mas estabeleci uma parceria, no projeto de lei, em que o Senado é informado *pari passu* de tudo o que acontece, o que daria, inclusive, mais velocidade para a aprovação dos acordos internacionais, porque seriam feitos a quatro mãos, entre o Parlamento e o Executivo. O caminho é esse.

Agora, precisamos ter um processo mais rápido de aprovação de moções. Eu mesmo apresentei muitas moções anteriormente à Presidência do Senador Ramez Tebet. As moções são remetidas pela Mesa às Comissões, onde ficam por cinco, seis meses e, quando voltam para o plenário, já perderam, de forma absoluta, o objeto. Não sei como a Câmara conseguiu votar essa moção no mesmo dia.

De qualquer forma, congratulo-me com o Presidente do Senado por ter informado ao governo norte-americano da moção votada na Câmara, porque o que tem ocorrido ultimamente é o Presidente da Câmara se arrogar a condição de Presidente do Congresso Nacional. Distribuiu o Senador Ramez Tebet para as agências nacionais a convocação do Congresso Nacional como sendo obra sua. Os releases das agências diziam que o Presidente Aécio Neves convocava o Congresso Nacional. Até onde sei, o Congresso Nacional é presidido por um Senador, que, neste momento, é o Senador Ramez Tebet. Eles estão um pouco ousados, barulhentos. Deve ser a síndrome da véspera de eleição. Temos, entretanto, de estabelecer uma disciplina nesse processo. Irritou-me muito a notícia de o Congresso Nacional convocado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, porque é evidentemente um oportunismo de véspera de eleição absolutamente irreal.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT - SP) – De qualquer maneira, Senador Roberto Requião, temos o requerimento, que, de acordo com o Regimento do Senado Federal, é requerimento e não moção, na linha semelhante àquela aprovada na Câmara dos Deputados. Mesmo nesse requerimento que encaminharemos, se aprovado, ao Poder Executivo, podemos ir mais além, inclusive na linha do que V. Ex^a hoje aprofunda no seu pronunciamento: da importância de fortalecermos o Mercosul, de estarmos solidários à Argentina num momento como este. Felizmente, a Argentina está avançando, democraticamente, para sair do grave impasse a que chegou. Concordo inteiramente com V. Ex^a sobre a importância de nós, brasileiros, acompanharmos de perto a Argentina. É a oportunidade de mostrarmos que o Mercosul desenvolvido poderá ser um extraordinário caminho de fortalecimento e de recuperação da economia argentina, com repercussão para nós.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – É que o Brasil tem uma visão solidária de cidadania latino-americana.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT - SP) – Exatamente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Não podemos deixar que grupos econômicos internos valham-se da crise para ganhar alguns reais e, com isso, prejudicar a continuidade de uma relação, que atualmente é muito boa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT - SP) – Nesse sentido, fortaleceremos o outro aspecto contido nas suas palavras: se Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, os países andinos tiverem sempre como propósito a saída democrática para resolver as suas crises, mais distantes estaremos de nos envolver em qualquer conflito armado ou o que seja. Infelizmente, observamos do outro lado, na Ásia, o conflito entre Afeganistão e Estados Unidos, e, agora, o conflito que se desenvolve entre a Índia e o Paquistão. Estranha-nos que um país que teve Mahatma Gandhi como seu principal estadista não encontre outra saída para resolver os conflitos com o Paquistão senão por meio de uma guerra que pode ameaçar outra vez a paz mundial. Felizes serão o Brasil, a Argentina e demais países da América do Sul se trabalharem com o espírito que preside o pronunciamento de hoje de V. Ex^a. Meus cumprimentos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senador Eduardo Suplicy, o seu aparte traz-me à memória uma opinião que me foi dada quando ainda estava no Uruguai, através de um telefonema, pelo Deputado Fernando Gabeira. Era uma opinião que examinava a oportunidade de o Congresso brasileiro criar uma comissão de Deputados e Senadores que fosse à Argentina fazer uma visita oficial ao Parlamento e ao Executivo e manter contatos com o empresariado argentino, com pessoas ligadas à condução da sua economia privada e pública. A partir daí, desenvolvermos algumas ações no sentido de ajudarmos a Argentina a sair da entaladela em que se encontra, que é, sem a menor sombra de dúvida, a entaladela em que nos encontraremos amanhã se continuarmos submetendo a nossa economia tão fortemente a fatores externos de dependência.

Escapamos de uma crise maior com a flexibilização do real, mas a dependência da economia brasileira continua sendo profunda e nós continuamos sustentados por um fio extremamente frágil.

Obrigado, Sr. Presidente. Devolvo a palavra à Mesa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT - SP) Inscrevo-me na missão que V. Ex^a acaba de delinear.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. José Alencar deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) Pela ordem de inscrição, com a palavra o ilustre Senador José Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PL - MG. Pronuncia o seguinte discurso) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve. Passaram por esta tribuna, ainda agora, os eminentes Senadores Lúdio Coelho e Roberto Requião. Ambos abordaram aspectos da economia brasileira e aspectos ligados à conveniência do Mercosul; e veio à tona a Alca. Por isso, eu gostaria de fazer algumas considerações oriundas da minha experiência empresarial, tentando trazer alguma contribuição ao debate.

Há naturalmente a idéia de que o Mercosul é absolutamente tranquilo para nós. Pensamos assim tendo em vista a fragilidade dos outros países da América Latina com os quais poderíamos ampliar o Mercosul, especialmente os países da América do Sul. Hoje o Mercosul contempla o Paraguai, a Argentina, o Uruguai e o Brasil.

Nós sabemos que o Brasil oferece aos três parceiros do Mercosul um mercado infinitamente superior ao que eles oferecem ao Brasil. A população dos três países provavelmente representa cerca de 1/4 da população brasileira. Considerando que a renda média é relativamente igual, nós estamos oferecendo um mercado quatro vezes superior ao mercado que eles nos oferecem.

De outro lado, quando se fala em Alca, nós estamos pensando em Estados Unidos da América, Canadá e toda a América Central. Pois bem! Todos nós sabemos que há o Nafta, que reúne o Canadá, os Estados Unidos e México. Nós temos que examinar isso com muito cuidado para que não sejamos levados a escolher um posicionamento considerando a priori a possibilidade de ser ludibriado; a intenção, por exemplo, de os Estados Unidos da América levarem

vantagem nas negociações graças ao seu poder econômico e hegemonia militar.

Acredito que a priori devemos considerar a Alca no seu verdadeiro significado. Alca significa Área de Livre Comércio das Américas. Temos medo de os Estados Unidos tirarem proveito do Brasil tendo em vista o seu tamanho econômico - para ficar apenas nisso.

Interessaria ao Paraguai, ao Uruguai ou mesmo à Argentina - para não lembrar da Colômbia, Bolívia, Venezuela - fazer negociação com o Brasil se encerrassem a potencialidade do Brasil em relação às suas próprias potencialidades? Não podemos, de forma nenhuma, descartar as negociações que terão que ser levadas a efeito com a Alca, assim como alguma parceria com o mercado europeu, por razões óbvias.

Os Estados Unidos, isoladamente, possuem um mercado equivalente a dez mercados brasileiros, provavelmente a 20 brasís se considerarmos o mercado de consumo. Têm pouco mais de uma vez e meia a nossa população com uma renda per capita vinte vezes superior a nossa, o que, a rigor, quer dizer 30 brasís em termos de mercado. Temos que examinar, por exemplo, o aspecto logístico: ele nos desfavorece? A logística de situação geográfica, de clima, de força do nosso solo e do nosso subsolo? Já provamos a nossa competitividade não apenas no setor agrícola. Na verdade, o setor primário como um todo - agricultura, pecuária e mineração do País - tem demonstrado um crescimento grande e uma competitividade imbatível.

Realizou-se em Minas Gerais o Fórum das Américas, promovido pela Federação das Indústrias; lá estiveram representantes de todos países, desde o Canadá até o Uruguai. Em determinado momento um produtor de suco de laranja de São Paulo perguntou para os representantes dos Estados Unidos da América por que razão os Estados Unidos falam tanto em abertura de mercado e cobram US\$454.00 por tonelada de suco de laranja que ingressa no seu mercado. A resposta da representante dos Estados Unidos foi muito simples. Ela se levantou e disse: para defender os laranjais da Flórida. Depois, durante o almoço, mais uma pergunta, dessa vez de um produtor de aço mineiro. E por que os Estados Unidos cobram 102%

Por que os Estados Unidos cobram 102% de tarifa aduaneira para o ingresso de determinados tipos de aços especiais no seu país? É também para defender os laranjais da Flórida? A resposta foi a seguinte: Não, é para defender outros laranjais. Temos, então, que aprender a negociar.

A França oferece subsídio ao setor agrícola. Devemos condenar a política ou a filosofia da Europa em

relação à agricultura? Não, não devemos condenar, mas sim aprender com eles. Abandonamos o nosso setor primário, especialmente a agricultura e a pecuária, que são altamente competitivos – como provamos com relação aos suínos, bovinos e aves. Lembrou muito bem o eminente Senador Lúdio Coelho da ausência de transporte mais econômico, como o ferroviário e o fluvial; lembrou-se das estradas esburacadas e mal conservadas, que elevam o frete a valores mais altos do que nos países com os quais temos que competir. A logística de recursos naturais, a posição geográfica, o clima, a fototropia, a fotossíntese, enfim, tudo favorece a competitividade do Brasil no setor primário.

No setor secundário, poderíamos dizer o mesmo. Somos altamente competitivos; por exemplo, no setor siderúrgico, uma indústria básica, ao ponto de os Estados Unidos da América tarifarem em 102% a importação de determinados tipos de aço, 102% de tarifa aduaneira. Isso significa que somos competitivos no setor siderúrgico. Posso informar a V. Ex^{as} que somos competitivos no setor têxtil. Somos competitivos no setor de calçados, assim como em vários tipos de indústria, e podemos desenvolver muito mais o setor secundário, porque a logística, repito, favorece-nos.

Agora, se nós, por exemplo, a priori, levarmos em conta que a Alca servirá para que os Estados Unidos dominem todo esse território americano, América Central e América do Sul, temos medo. Então, estamos com medo de negociar. Temos que negociar soberanamente, com coragem, e defender soberanamente os nossos direitos. Se é Alca, é área de livre comércio. É claro que não vamos ter capacidade para competir com o Bill Gates. No setor de informática, obviamente, não temos como competir com os Estados Unidos da América. Nem o Japão, que desenvolveu tecnologia na era da eletrônica como ninguém, tem condições de competir com os Estados Unidos em determinados setores da eletrônica, especialmente no da informática.

Então, vê-se que os Estados Unidos poderão representar um mercado valiosíssimo para o desenvolvimento da indústria brasileira e até da agricultura brasileira. Temos que compreender que os Estados Unidos oferecem, por exemplo, como ofereceram na última safra, US\$2,8 bilhões para a cotonicultura, numa produção de quatro milhões de toneladas, o que corresponde a US\$0.70 por quilo de algodão ali produzido. É praticamente o preço do algodão, o que significa dizer que o subsídio foi praticamente o preço do algodão.

Sabemos que o Brasil é um país de riquezas formidáveis. O Estado de Mato Grosso, agora, num esforço do Governo Dante de Oliveira, resolveu o problema da produção brasileira de algodão. De uma hora para a outra, Mato Grosso passou a produzir cinquenta por cento da produção nacional de algodão, sem irrigação. E qual foi o incentivo oferecido pelo Governo do Estado? Setenta e cinco por cento do ICMS. Considerando que o ICMS é de doze por cento nas exportações para outros Estados, setenta e cinco por cento de doze por cento correspondem a nove por cento, exatamente. Esses foram os incentivos oferecidos. Mesmo assim, esses incentivos foram destinados a uma fundação que realizou um trabalho admirável na área da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico para a produção de algodão naquele Estado.

De repente, o Estado passou a produzir trezentas e cinquenta mil toneladas de algodão, metade da produção nacional, devolvendo ao Brasil aquela sua condição de auto-suficiência e até mesmo condição para exportar algodão, como está acontecendo hoje.

Então, Exm^{as} Srs. Senadores, vê-se que não podemos descartar negociação. Não podemos temer uma negociação com quem quer que seja. O Brasil tem que colocar sobre a mesa o seu trunfo e os seus direitos e negociar bem. Todas essas questões têm que ser objeto de tratativa de igual para igual.

Pensando assim, perguntamo-nos como é que o Uruguai, repito, poderia aceitar uma participação no Mercosul, quando poderia pensar que seria esmagado pelo Brasil.

A tendência de integração dos mercados comuns foi mostrada pela Europa, que está inaugurando o Euro, que começa a circular a partir de 1º de janeiro começa a circular. Foi um processo. A idéia do Mercado Comum começou na Europa há vinte anos; hoje é uma realidade. E como acontece na Europa? Cada país tem suas características próprias e sua capacidade competitiva em determinado setor de atividade. A economia de cada país se divide em quatro grandes componentes: o setor primário, o setor secundário, o setor terciário e a infra-estrutura.

O Brasil, no caso da infra-estrutura, deixa a desejar. Por exemplo, nós precisamos corrigir a questão do transporte. Tivemos problemas este ano com a produção de energia. Por quê? Porque não houve investimento. Da mesma forma, não tem havido investimento na área de transporte rodoviário, ferroviário, fluvial e marítimo. Nossa navegação de cabotagem acabou. Sou do tempo em que o cereal, o arroz, por exemplo, que comprávamos do Rio Grande do Sul era entregue no cais do porto, no Rio de Janeiro, a um

custo que representava um quinto do custo que teria se transportado pela estrada de rodagem. Acabaram os portos no Brasil. Os portos não são confiáveis. Da mesma forma as estradas de ferro.

Sou nascido e fui criado em região da Estrada de Ferro Leopoldina. Os antigos contavam que, quando a estrada de ferro era dos ingleses, todo o transporte era feito por ela. Depois, quando nós assumimos, a partir de 1946 ou 1947, depois do Estado Novo, no Governo Gaspar Dutra, a partir daí começou um roubo nas estradas. Então, ninguém mais confiava na Estrada de Ferro Leopoldina para fazer qualquer tipo de transporte. Da mesma forma, começou a haver roubos nos portos brasileiros, roubo institucionalizado. Isso realmente é uma coisa muito séria.

Deus nos deu um país maravilhoso. Somos imbatíveis no campo da economia, tanto no setor primário, na agricultura, na pecuária e na mineração, como no setor secundário, na indústria. Nossa indústria tem um outro fator altamente favorável ao Brasil: o seu povo. É um povo bom, pacato, ordeiro, trabalhador, inteligente, versátil como nenhum outro povo. Então, se quisermos, somos também imbatíveis no setor secundário, no setor de indústrias, indústria de bens de consumo, não só duráveis como do ramo mole. Temos todas as condições para isto.

No setor terciário, vamos começar pelo turismo. Qual o país que oferece as condições que o Brasil oferece? São quase oito mil quilômetros de praias, com um clima tropical maravilhoso e sol por 365 dias, temos um povo bom, porque o brasileiro é um povo bom. O Brasil pode se transformar em um dos países gigantes no campo, por exemplo, do turismo. Por que nos encontramos nessa situação? Posso dizer, de cabeça erguida, que nenhuma empresa de qualquer setor no Brasil pode prosperar se depender de dinheiro emprestado, porque as taxas de juros no mercado nacional são absolutamente incompatíveis com qualquer atividade produtiva.

Hoje, com a abertura dos mercados, somos submetidos. Cada uma das nossas empresas é uma fração da economia brasileira. Portanto, a economia brasileira é submetida a uma competição desigual. Desse modo, não podemos pensar em Alca enquanto nossos juros forem mais altos que os deles, enquanto não tivermos solução para as nossas estradas e nosso transporte. Precisamos aproveitar a potencialidade do transporte fluvial, marítimo e ferroviário, além de consertar as nossas estradas, porque sabemos que 90% das nossas cargas são transportadas pelas rodovias.

É preciso que tenhamos um Estado forte, investindo em infra-estrutura em tempo hábil. Isto não é paternalismo. Mas é claro que precisamos negociar bem. Não podemos, de forma alguma, aceitar a idéia de que a Alca significa a abertura do nosso mercado, enquanto o mercado deles continua fechado. Nós não podemos pensar assim, porque jamais isso seria a Alca, que se traduz como Área de Livre Comércio das Américas. Então, tem que haver o fim não só das tarifas aduaneiras, como também daquelas proteções de várias formas. Isso tem que ser muito bem negociado.

A Argentina, por exemplo, entrou no Mercosul. Nesse episódio deplorável a que assistimos, muitas vezes, os jornais brasileiros mostraram os calçados numa prateleira no ombro de um cidadão, na Praça de Maio, mostrando que os calçados brasileiros significa desocupação, ou seja, desemprego naquele país.

Pois bem, o que aconteceu com o Brasil? O Brasil, no momento em que nós criamos o Real, paralelamente abrimos as nossas fronteiras até ao contrabando. O Mercosul, todos nós o aplaudimos. Mas a grande verdade é que ele tem servido para países, como o Paraguai, ingressar contrabando no nosso mercado.

Há dois Portos brasileiros, o de Paranaguá e o de Santos, que têm corners paraguaios. Nossas autoridades do Sistema Fazendário não têm acesso a eles, ou seja, àqueles cantos dos Portos de Paranaguá e de Santos. Por quê? Porque, ali, as mercadorias estão sob a égide da bandeira paraguaia. Pois bem, aquelas mercadorias – são milhares de contêineres – são transportadas de Leste a Oeste do Brasil, atravessando todo o País, para chegarem até o Paraguai, para onde elas se destinam. Mas isso não ocorre, pois esses contêineres são despejados aqui mesmo. Isso explica a presença, nas favelas do Rio de Janeiro e nos bairros mais pobres das grandes metrópoles brasileiras, de armas sofisticadas, pesadas e de munições a que nem mesmo o Exército brasileiro tem acesso.

Assim, eminentes Senadores, nós não podemos descartar negociações. O Brasil tem que ser um País soberano. Os objetivos nacionais, as questões ligadas, por exemplo, à soberania, têm que ser postas à mesa. Nós temos que compreender que o maior objetivo nacional, no campo político, é a democracia, mas no campo econômico, é o progresso de todas as atividades. Os mercados da Europa e dos Estados Unidos poderão representar fator de progresso da economia brasileira se negociarmos bem. Não queremos vantagens. Queremos tratamento igualitário. Precisamos exigir isso!

Realmente, eu fiquei encantado com o pronunciamento do Senador Lúdio Coelho. S. Ex^a nos informou a respeito da força da agricultura brasileira, setor que S. Ex^a tão bem conhece, como exemplo de homem público, advindo também da atividade empresarial no Setor Primário.

Da mesma forma, gostei também do pronunciamento do eminente Senador Roberto Requião. Porém, penso que não podemos, de forma alguma, em relação à Alca ou a qualquer parceria internacional, deixar de participar com a absoluta convicção de que o Brasil pode ser altamente beneficiado, sem nenhum paternalismo externo. Não podemos esperar que qualquer país nos ajude. A logística nos favorece. Quando se fala em integração, há a predisposição, há o pressuposto, há uma premissa básica de compreender que as atividades devem estar localizadas onde elas possam se realizar de forma mais econômica e mais competitiva.

O Governo há que buscar no Setor Primário as grandes inteligências e lideranças que possam informar o que pode ser feito na negociação de grãos e também quanto à agroindústria, e, de um modo geral, no setor secundário e no setor terciário. O Governo não pode negociar isso apenas com orientação de PhDs. O Governo deve negociar com a orientação de PhDs para colocar no papel, mas para dizer filosoficamente o que temos que fazer, devem-se ouvir os brasileiros, que conhecem a economia real, o Brasil real, o interior e que conhecem como são feitas as coisas no Brasil. Temos que aprender, com humildade, a ouvir esses homens. Disputamos duas eleições majoritárias num Estado de 853 Municípios, que também possui uma diversidade fantástica no campo de recursos naturais – como dizia o próprio Guimarães Rosa: "Minas são muitas". E são muitos brasis também. Portanto, devemos ouvir cada um deles.

Ao disputar uma eleição, passa-se a conhecer um pouco do Brasil. Se os grandes PhDs pudessem resolver nossos problemas, sem a nossa participação, bastaria contratarmos, por meio de concurso, uma dúzia deles para que ocupassem tudo. Assim, poderíamos voltar para casa. Estamos aqui para trazer uma contribuição oriunda daquilo que conhecemos.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ ALENCAR (PL – MG) – Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex^a, peço-lhe permissão para conceder um aparte ao meu eminente Colega de Minas Gerais, Senador Arlindo Porto.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Senador José Alencar, de maneira muito rápida, sem prejudicar o belo pronunciamento de V. Ex^a mas como Companheiro e representante do Estado de Minas Gerais, cumprimento V. Ex^a. Mais do que por direito, porém pela competência e experiência acumulada ao longo do tempo como grande empresário não só em Minas Gerais, mas também em outros Estados do Brasil, como ex-Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais e ex-Diretor da Confederação Nacional das Indústrias, Demonstra V. Ex^a grande cabedal de conhecimento, de experiência de vida e de formação intelectual e empresarial. Cumprimento-o por fazer, de maneira abrangente, uma avaliação do momento que vivemos, tecendo comentários a respeito da Alca e do Mercosul. Cumprimento-o por defender intransigentemente os entendimentos na busca da abertura de mercado. Além de tudo isso, tenho a certeza de que esta experiência acumulada leva V. Ex^a a trazer, com segurança, a sua opinião neste pronunciamento. Temos vivido momentos difíceis em que o mercado, às vezes, demonstra certa retração, mas que, em outros, há uma recuperação extraordinária, porque extraordinário é o povo brasileiro. V. Ex^a faz um registro sobre a Alca e as limitações que estão querendo nos impor, especialmente pelos Estados Unidos. Ficamos, às vezes, sem compreender, na lógica, mas entendendo no processo protecionista, em que os Estados Unidos, a grande economia mundial que, sem dúvida, tem uma presença forte no mundo inteiro, além de uma influência enorme no mercado brasileiro, colocam restrições. V. Ex^a citou o exemplo do algodão – atividade econômica própria de V. Ex^a –, principalmente quando se fala em termos de preservação de mercado. Nisso os americanos são imbatíveis! Eles não são competidores. Eles procuram, por meio de recurso público, de subsídio ou reserva de mercado, manter a sua hegemonia, buscando facilidades para os empresários e produtores. V. Ex^a também manifestou que nada temos contra os americanos, mas sim contra as regras, que são diferentes. Enquanto eles dão subsídios à agricultura de até US\$40 bilhões por ano, o Brasil tem míseros US\$16 bilhões, US\$17 bilhões de recursos para financiamento à agricultura, não tendo nenhum subsídio. O Brasil talvez pudesse se mirar nos Estados Unidos para subsidiar a sua agricultura, mas a nossa economia não o permite, a nossa renda, a nossa arrecadação, o nosso Tesouro não tem capacidade de aplicar, em forma de subsídio, US\$40 bilhões na agricultura, porque temos este ano menos de US\$20 bilhões para investir nessa necessidade, nessa carência de infra-estrutura brasileira. Que-

ro cumprimentar V. Ex^a e dizer que temos que estar abertos, sim, aos entendimentos e às negociações, mas não escancarar portas e janelas para a entrada de produtos estrangeiros. Devemos permitir a importação dos produtos desde que haja reciprocidade para a exportação. Enquanto ficarmos admirando, contabilizando ou identificando exportações de milhões de toneladas e importando gramas ou quilogramas de produtos com valor agregado não seremos eficientes em relação à compensação da balança comercial. Teremos, sim, este ano, um superávit, muito mais pelo baixo consumo no mercado interno, pela redução das importações, pela pobreza do povo brasileiro do que efetivamente pelo aumento do valor das exportações de maneira tão abrangente. Meus cumprimentos a V. Ex^a pela oportunidade deste pronunciamento realista, quando encerramos o ano, mas com perspectiva otimista, que é sempre o espírito de V. Ex^a. É importante que todos estejamos impregnados da esperança de um novo ano mais realizador, com mais justiça social e com mais oportunidade para os trabalhadores e que os desempregados possam ter acesso ao mercado. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PL – MG) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arlindo Porto, o seu aparte.

O Sr. José Coêlho (PFL – PE) – Senador José Alencar, eu pediria permissão para dar duas palavras.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PL – MG) – Se o Presidente permitir, com grande prazer ouvirei V. Ex^a, Senador José Coêlho.

O Sr. José Coêlho (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vivo hoje um dos melhores dias da minha vida, ao ver um empresário do seu porte fazer uma exposição desta natureza. É pena que não haja neste plenário um grande número de empresários para ouvir uma grande lição sobre o que é o País, a sua economia e os rumos que deveríamos tomar. Tudo o que V. Ex^a disse é a expressão legítima da verdade. Precisamos que este Brasil tome a decisão de fazer as coisas bem ordenadas e bem organizadas. V. Ex^a mencionou o transporte. Conheço a Europa; viajei muito por lá. Todo o transporte que se faz na Europa é pelos rios ou pelas ferrovias. Aqui, nós nos damos ao luxo de utilizar o caminhão, com frete extorsivo, e que retira o poder de competitividade em qualquer atividade profissional que tenhamos de enfrentar. V. Ex^a abordou o problema com uma frieza e com uma tranquilidade absolutas. É pena que os nossos dirigentes ainda não tenham acordado para isso. Todas as nossas ferrovias estão destruídas e acabadas. Atualmente, fala-se somente em transporte ferroviário. V. Ex^a falou em algodão. São Paulo foi o maior pro-

ductor de algodão deste País. A grandeza do Mato Grosso, de Goiás, de Roraima e de todos os Estados que estão do outro lado dará uma demonstração a este País de que eles são capazes e de que o nosso rumo econômico está voltado para lá. Naquela região surgirá uma nova bandeira de progresso. É pena também que não tenhamos a oportunidade de conhecer a grandeza do Oeste. Precisamos deixar de fazer as coisas pequeninhas. Acredito que já atingimos a maturidade e devemos enxergar um horizonte largo, e não as coisas pequenas. Aqui, estamos acostumados a tratar de coisas bem pequeninhas, bem insignificantes! Já passou essa época. Temos que começar a ler muito, a conhecer o País, a conhecer a economia, a saber o que acontece nos países mais civilizados, porque temos que ocupar esse lugar. Não tenho dúvida nenhuma de que seremos uma grande Nação; mas, para isso, temos que percorrer todos esses rumos mencionados por V. Ex^a no seu pronunciamento. Parece-me que V. Ex^a, hoje, acordou inspirado. Parece que o Espírito Santo desceu sobre V. Ex^a neste fim de ano, para comemorar a passagem do ano, trazendo tantas luzes, tantos ensinamentos que os nossos empresários precisavam – e precisam – conhecer. Temos que fazer política, sem dúvida nenhuma; mas uma política séria, correta, que faça com que este País seja uma grande potência, uma grande Nação. Que Deus ilumine a sua inteligência e permita que V. Ex^a volte a esta tribuna para nos transmitir outras aulas, mostrando o que é política e o que é este País. Meus parabéns, e que Deus o proteja!

O SR. JOSÉ ALENCAR (PL – MG) – Senador José Coêlho, palavras como essas que V. Ex^a acabou de proferir me trazem um conforto muito grande, pois conheço bem a família de V. Ex^a. Toda a vida, tive um respeito muito grande pelo trabalho dessa família admirável.

Agradeço humildemente as palavras que V. Ex^a proferiu para me homenagear neste momento. Pode estar certo de que essa inspiração provavelmente advenha da cadeira da Presidência, contágio oriundo do Mato Grosso do Sul, desse grande Presidente, que nos tem honrado e engrandecido com o seu trabalho, com a sua dedicação e com a sua inteligência.

Estamos no fim do ano, e eu gostaria de aproveitar esse segundo que me resta para levar uma palavra de congratulação e de aplauso pelo esforço, pela dedicação e pela seriedade com que V. Ex^a tem conduzido os destinos do Senado e do Congresso Nacional.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – São homens como V. Ex^a, Senador José Alencar, e outros que engrandecem o Senado da República. Sou-lhe muito grato!

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão o orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma reunião de fim de ano, entre o Natal e o primeiro dia do Ano-Novo, é sempre emotiva; uma reunião de despedidas, uma reunião de entradas. E, nesta hora, eu não poderia de forma nenhuma deixar de ocupar esta tribuna, primeiro para exaltar os trabalhos desta Casa, homenageando os meus companheiros do Senado Federal.

Sr. Presidente, vejo que esta Casa, a cada dia, mostra ao Brasil que aflora nela uma sensibilidade nacional muito forte, uma Casa que mostra que está consciente dos problemas nacionais.

O discurso proferido aqui pelo Senador Lúdio Coelho, seguido do que pronunciou o Senador Requião e brilhantemente encerrado pelo do Senador José Alencar mostra que o Senado Federal, no que diz respeito à sua visão mais ampla dos destinos nacionais, tem consciência do trabalho que lhe é reservado, não apenas como um agente político nesta tribuna, não apenas como um grande empresário de Minas Gerais, como V. Ex^a o é, Senador José Alencar, mas como cidadão consciente do papel que representa no exercício da cidadania, no exercício do seu coração. V. Ex^a é um cidadão patriota de espírito cívico, que tem o dever de conhecer os problemas nacionais com profundidade e influenciar decisivamente nas grandes decisões deste País.

Neste instante, sinto-me mais alegre ainda por esses pronunciamentos, mas eu gostaria de ter o dom de me pronunciar de forma simples e profunda para homenagear, nesta Casa, o meu Presidente Ramez Tebet, secundado que foi por V. Ex^a. Mato Grosso do Sul, hoje, sente-se honrado. O nosso povo, Senador Ramez Tebet, ao vê-lo sentado nesta cadeira, fazendo um trabalho maravilhoso no Senado Federal e no Congresso Nacional, sente-se honrado.

Os índices de pesquisa nacional sobre a apreciação dos nossos trabalhos estão crescentes. Isso mostra que esta Casa está procurando acertar e também que a população está, de uma forma ou de outra, sempre sintonizada com os trabalhos do Congresso

Nacional, porque por aqui passam as grandes decisões e o norteammento do caminho que temos que percorrer para encontrar uma nação solidária e justa com seu povo.

Senador Ramez Tebet, deixo aqui a minha homenagem pessoal e tenho certeza que também em nome do povo de Mato Grosso do Sul, que está atento a esse trabalho que V. Ex^a vem fazendo de dignificação do Congresso Nacional.

Por outro lado, nesta hora, sem ceticismo, também digo o que afirmou o Senador José Alencar, de que devemos participar criticamente de toda e qualquer decisão.

Há muitos dias, desde o início de dezembro, venho analisando a questão da execução orçamentária no País, principalmente no diz respeito às nossas emendas individuais e coletivas. Não posso compreender que ela se faça de janeiro a dezembro. No entanto, quando se fazem referências às emendas individuais e coletivas dos Parlamentares, a execução orçamentária se dá nos últimos quinze dias do ano.

O Orçamento está aí. Os recursos orçamentários estão aí e verifica-se, pela publicidade aberta, que, este ano, teremos um superávit primário de R\$40 bilhões. Portanto não faltou recurso financeiro para o cumprimento do Orçamento. É uma grande conquista nacional esse superávit primário. Mas isso me faz também não compreender, com relação a nossas emendas, por que o atendimento aos Parlamentares só ocorre nas duas últimas semanas do ano, fazendo com que os Prefeitos, os seus assessores, nós, Senadores, os funcionários dos Ministérios se desdobrem nos últimos quinze dias para fazer acontecer uma liberação de recursos. E qual é aqui o nosso maior objetivo a não ser, além da solução dos problemas nacionais, querermos levar para o nosso Município, por mais pobre ou mais distante que seja, uma creche, uma escola, uma pavimentação, uma drenagem, um ginásio esportivo, uma estrada? A identificação dessas obras conosco se faz pelas emendas.

O Sr. Francelino Pereira (PFL - MG) - Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB - MS) - Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Francelino Pereira, com muita honra.

O Sr. Francelino Pereira (PFL - MG) - Senador, bom dia. Não gostaria de estar ouvindo o que estou ouvindo de V. Ex^a. Esse problema de verba individual de Parlamentares representa uma pequenez no exercício da vida pública. Isso existe e, como existe, temos que considerar, mas -- perdoe-me -- não deve ser as-

sunto para a tribuna do Senado Federal, porque representa uma vergonha para o Brasil um Parlamentar receber, por via indireta, tardiamente – antes tarde do que mais tarde – uma pequena verba para destinar a Municípios ou entidades das regiões que representamos. Eu também participo disso mas não falo a respeito. Esse é um assunto proibido, porque não existe, porque não existe não deve ser objeto de discussão. Compreendo a sua preocupação no sentido de corrigi-lo. Por isso é que, na verdade, um dia precisamos ter um orçamento não imperativo na expressão da palavra mas um orçamento impositivo, que represente efetivamente a política econômica, social e financeira do País. O Orçamento do Brasil é uma ficção, não existe. Esses dias que passamos reunidos até às quatro e meia da manhã, na Comissão de Orçamento, representam uma visão teatral do que ocorre com o Orçamento, que representa de certa forma uma vergonha para o Brasil, e o Brasil para o mundo. Muito obrigado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS)

– Senador Francelino Pereira, recebi o aparte de V. Ex^a percebendo a inteligência da sua intervenção, falando da pequenez da participação do Parlamentar no Orçamento. Mas quero chegar lá na minha argumentação de que essa pequenez é porque não enfrentamos o problema como devemos. A argumentação do Senador José Alencar me inspirou um pouco. Não vamos aceitar a Alca porque acreditamos que ela é maior do que nós. Não vamos enfrentar o Governo porque acreditamos que ele é maior do que nós. Vamos ficar com os minguados trocadinhos de R\$2 milhões para cada Senador e para cada Deputado Federal para levarem aos seus municípios. Talvez para V. Ex^a, que é de Minas Gerais, com mais de 800 municípios, é difícil fazer com que se aloquem recursos nesse sentido, mas para Mato Grosso do Sul, que tem apenas 77 municípios, é significativo levar para um município pobre 100, 150 ou 200 mil reais. Isso significa, às vezes, muita coisa. Levar recursos de modo a que uma entidade filantrópica tenha sobrevivência no seu voluntariado serviço em busca de amenizar a dor ou o sofrimento de alguém é muito importante.

Mas entendi o aparte. V. Ex^a não deseja que esse assunto seja trazido de maneira tão ostensiva porque é pequeno demais. Mas vamos, por meio da pequenez desse assunto, começar a fazer com o Senado Federal, o Congresso Nacional exerça o seu papel, sim, de pressão e contrapressão no Orçamento, porque se não começarmos a gritar até com as emendas individuais, jamais esse Orçamento será impositivo;

jamais ele será feito no sentido de prestigiar o Parlamentar.

Talvez aqueles que têm o comando das lideranças maiores do Congresso Nacional, que estejam na cúpula do poder, que pertençam aos Estados mais fortes que comandam o Orçamento do Poder Executivo, e não as emendas, estejam satisfeitos. Mas nós, de Mato Grosso do Sul, não temos essa afluência tão grande na feitura da proposta orçamentária a partir do Executivo.

Não posso compreender que um Senador tenha de estar aqui, entre o Natal e dia 1^o de janeiro, não para votar o Orçamento, porque eu virei, mas em todos os anos tenho sentido que temos de estar aqui para pegar o convênio ou conseguir o empenho.

Chegamos nos Ministérios e sentimos que os servidores, Senador Romeu Tuma, estão estressados, cansados de tanto atenderem Parlamentares, Prefeitos e Vereadores. Qual a razão disso? É pequeno o recurso? É pequeno o recurso, mas ao mesmo tempo ele é grande no seu significado de respeito ao Senador, de respeito ao Parlamentar, que precisa, sim, dessas emendas, por menores que sejam, porque não podemos passar ausentes nos nossos Estados, sem levar nada para os nossos Municípios, sem estar presentes nos processos orçamentários deste País e administrativo dos nossos Municípios. Sinceramente! Não posso compreender que inclusive se satisfaça com isso o Governo Federal. Sinto-me humilhado por estar aqui no dia 15 de dezembro, 20 de dezembro, 25 de dezembro, Natal, e primeiro do ano, no recesso parlamentar, tendo que buscar convênios, chorar convênios nos ministérios.

O Sr. Francelino Pereira (PFL - MG) – Eu compreendo o que V. Ex^a está falando. Apenas repito que efetivamente este não é um assunto – e eu compreendo que V. Ex^a o faça – que tome, que isole o seu pensamento, o seu destino, a sua vocação, de um cidadão que presta serviço à história do seu País, que compõe uma Casa que faz a história do Brasil. E nós estamos tratando de coisas pequeninas, que são importantes quando chegam individualmente ou a pequenos grupos da nossa cidade ou dos nossos Estados, mas na verdade precisam ser revistas no próximo ano, o comportamento na nossa Casa precisa de revisão, para que todos os Senadores – somos 81 – sejam efetivamente fatores da História do Brasil, história registrada pelos estudiosos, pesquisadores, psicólogos, políticos, urbanistas e não cuidando de assuntos pequeninos, que têm seu valor específico, mas que, na verdade, dela não fazem parte. Quem estuda o Brasil de ponta a ponta, quem examina os pro-

blemas nacionais, quem lê diariamente tudo o que se passa e o que se passou no País entende que, na verdade, somos pequeninos, quando deveríamos ser grandes, o Brasil é grande e seus filhos grandes. Chegamos a esta Casa eleitos pelo voto secreto do povo, para cuidar da história do Brasil, história que registra apenas o papel dos presidentes das Casas do Congresso Nacional e dos líderes partidários, aqueles que realmente constróem a história. O que vejo aqui no Senado é que não estamos fazendo a história, os 81 Senadores não fazem a história, e o nosso destino no próximo ano é cuidar de ser um dos feitores, um dos fazedores da história do País, caso contrário não vamos existir perante a história da nossa Pátria. Muito obrigado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS)

– Senador Francelino Pereira, concordo com V. Ex^a, dada a sua história já escrita para o Brasil. Mas não desassocio a história que um político pode construir com a administrativa de um Município, que pode ter cinco mil ou mesmo três mil habitantes. Essa história que escrevemos aqui da tribuna nem sempre satisfaz àquele que não dispõe de uma creche, de uma escola, de um posto de saúde ou de uma estrada no seu Município.

Somos agentes políticos do nosso povo. Se não levarmos resultados até ele, construiremos uma história sim, seremos lembrados quando escreverem sobre nós, mas acredito que essa história começa sendo escrita quando fazemos algo pelo pequenino, pelo pobre, pelo miserável, pelo excluído, precisamos pelo menos dizer que estamos presentes nesse processo. Ausentar-se do processo, dizendo não querer mais emendas individuais ou coletivas, porque não interessa, é coisa pequena demais, significa que chegaremos nos Municípios sem nenhuma bandeira, sem nenhuma palavra.

O Governo Federal realiza grandes obras nos nossos Estados e muitas vezes ninguém sabe que delas também participamos; mas se chegamos com um pequeno recurso e conseguimos fazer uma creche, por exemplo, num Município menor nos fazemos presente como agente político. Essa presença faz história lá debaixo, porque nem todos podem fazer a história maiúscula do País, nem todos, e mesmo porque os grandes personagens históricos são poucos.

De Minas Gerais já vieram tantos vultos históricos, um deles é V. Ex^a, com essa história imensa que edificou de trabalhos prestados a sua população, e aí incluindo também o Brasil. Mas não podemos deixar de escrever a pequena história, a história do nosso

habitante mais distante, o que precisa não só da nossa palavra, mas também do nosso conforto material.

O Sr. José Alencar (PL – MG) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS)
– Concedo a palavra ao Senador José Alencar.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS)
– Concedo a palavra ao Senador José Alencar.

O Sr. José Alencar (PL – MG) – Eminentíssimo Senador Juvêncio da Fonseca, compreendo perfeitamente a preocupação de V. Ex^a. Em Minas Gerais, por exemplo, também existem pequenos Municípios muito pobres que necessitam desses trocados até mesmo para comprar manilhas para rede de esgoto que está a céu aberto e quantas vezes há crianças jogando futebol ali ao lado e a bola caindo no esgoto. Então, algo precisa ser feito. Com um ano de meu mandato aqui no Senado Federal, fui designado relator-adjunto do PPA. Naquele momento, comecei a tomar conhecimento do Orçamento, ainda que fosse o Plano Plurianual, e pude constatar que era, de fato, uma peça de ficção, porque, embora sendo lei orçamentária, não é respeitada. Pois, depois que lutamos para aprovar uma emenda, temos que fazer uma "via sacra" pelos Ministérios pedindo a liberação da verba de que necessita urgentemente um pobre Município na área da educação, da saúde, do saneamento, etc. Portanto, cumprimento V. Ex^a pelo oportuno pronunciamento. Como de costume, V. Ex^a, ao assumir esta tribuna, traz para todos nós uma lição, primeiro, de conhecimento, de cultura, e também de humildade, de bondade, de amor ao próximo. Nesse fim de ano, congratulo-me com V. Ex^a pelo seu trabalho aqui no Senado Federal. Orgulho-me de ser seu vizinho aqui. Naquela época, preocupado com essa ficção que é o Orçamento Geral da União, apresentei uma proposta – e esse seria um primeiro passo – para que as emendas individuais dos Parlamentares fossem objeto de parcela impositiva. Esse projeto acabou sendo apensado a um outro, que na realidade vai demorar muito mais, ainda que seja mais completo. Então, aproveito também a oportunidade do pronunciamento de V. Ex^a para fazer um apelo em favor do desapensamento daquele projeto, desse outro em que está apensado, para que possamos levá-lo adiante e, pelo menos, esses recursos, ainda que minguados, que cada Senador e cada Deputado tem como emenda individual para atender a necessidades urgentes e mínimas de pobres Municípios do País possam ser aprovados. A partir dali, podemos desenvolver o projeto, até mesmo modificando essa injustiça, porque um Senador tem responsabilidade com todos os Municípios de

seu Estado, diferentemente de um Deputado, que é votado numa determinada região. Portanto, não pode haver essa igualdade de verba individual para Deputados e Senadores. Ela há que ser diferente, e os Deputados irão compreender. Mas o primeiro passo é torná-la impositiva. Portanto, reitero meus parabéns ao pronunciamento de V. Ex^a e digo que também comungo com esse mesmo pensamento: precisamos lutar para que haja recursos dirigidos aos pequenos e pobres Municípios. Essa é a forma que temos de levar alguma coisa de concreto a essa população. Paralelamente, estaremos presentes às grandes questões. Mas não são só as grandes questões que fazem história.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PMDB – MS)

– Agradeço as palavras de V. Ex^a, Senador José Alencar.

Considero esse pronunciamento um início da abordagem desse problema e não sei como arredar dele, pois os nossos Municípios estão sempre esperançosos de que o Senador ou o Deputado Federal lhes leve algo. Se o Governo Federal já nos trata dessa forma nas emendas destinadas aos Senadores e Deputados Federais, liberando-as somente na última quinzena do ano, eliminá-las seria um crime contra os Municípios. Porque aí, sim, apenas aqueles que têm a inteligência ou a oportunidade poderiam escrever a história do Brasil.

Como vou escrever a história se não começar, inclusive, atendendo minha população? Embora as idéias sejam importantes e precisemos produzi-las, a população não vive apenas de idéias. Importantes foram o discurso e as palavras de V. Ex^a nesta tribuna, mas nem só do espírito vive o homem, mas também da matéria. E o nosso trabalho é também atender as necessidades primeiras dos nossos Municípios e municípios.

Entendo, então, que essas emendas significam mais uma depreciação do que uma exaltação do trabalho do Parlamentar, porque gera no tempo aquele instante em que o Parlamentar se humilha para buscar a emenda e se esforça em projetos para buscar a liberação do recurso, que não chega e é cada vez mais distanciado no tempo e da população.

Mas a população se dirige ao Parlamentar e diz que quer uma emenda para seu Município; que precisam de uma creche, uma ponte, uma estrada para o seu município. E as emendas coletivas podem, sim, satisfazer grandes obras. Vejo, em relação ao meu Estado, que há liberação de boas verbas para estradas e obras médias e necessárias à população, mas são liberadas nesse sufoco de fim de ano, que não é

justo nem humano, nem para nós, Senadores e Deputados, nem para os servidores dos ministérios, que se estressam num trabalho de última hora para satisfazer os parlamentares. Não é justo que isso aconteça num país em que o superávit primário do ano é de 40 bilhões.

Esses empenhos podem, sim, ser feitos nos meses de agosto, setembro, outubro, mas nunca entre os dias 20 e 31 de dezembro de cada ano. Fica, portanto, aqui a minha palavra de protesto e inconformismo com essa situação. Mas sei que, em razão do espírito hoje do Senado Federal e do Congresso Nacional de fazer com que nós, parlamentares, alcancemos patamares maiores de participação com a população, haveremos de, mais cedo ou mais tarde, fazer conquistas nessa área que sejam realmente o veículo que possa levar à nossa população mais confiança não apenas no parlamentar, Sr. Presidente, mas também no Orçamento, no Governo e no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Juvêncio da Fonseca, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, 27 do corrente, às 17 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de matéria orçamentária.

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva, por vinte minutos.

A SR^a MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, estou ouvindo, desde ontem, uma série de Colegas, Srs. Senadores, falando a respeito do Orçamento que agora estamos debatendo e que, espero, possamos votar o quanto antes, para que as duas Casas concluam seus trabalhos legislativos.

Ao fazermos a crítica de que o Orçamento foi se constituindo, ao longo dos anos, em uma "caixa-preta" e, associando essa crítica ao discurso feito ontem pelo Líder do Governo, Senador Artur da Távola, de que o regime presidencialista acaba colaborando para que a peça orçamentária adquira os contornos que hoje temos, e de uma série de avaliações que foram feitas, eu queria aqui falar de um modesto esforço, do meu ponto de vista, altamente significativo e exemplar, realizado pelos alunos do Colégio Marista e do Centro de Ensino de Sobradinho. Incentivados pelo ex-Governador e Presidente da Missão Criança, Professor Cristovam Buarque, inspirado na proposta

que apresentei nos trabalhos da Comissão de Combate à Pobreza como uma das alternativas de debelar os problemas sociais do nosso País, que é a figura do Orçamento Social, em tramitação nesta Casa, e que espero um dia seja aprovado, para que, ao discutirmos, não estejamos apenas falando de uma forma genérica – sem nome, endereço ou telefone –, sem uma substância ou uma materialidade que possa ser sinalizada para a sociedade como sendo o Orçamento deste País, determinando a forma como será gasto, determinado os objetivos e, se não forem gastos de maneira apropriada, mostrando os prejuízos.

A proposta de orçamento social é exatamente a destinação de recursos para a área social do País, da saúde, da educação, da geração de emprego e renda, esporte, lazer, segurança e reforma agrária, um conjunto de ações que receberia recursos obrigatoriamente destinados a essas áreas e com a obrigação de serem executados nessas áreas, das quais não poderiam ser remanejados, a não ser com a autorização do Congresso ou em caso de alguma catástrofe. Essa seria a proposta do Orçamento social, falando de forma bem simples. Espero que seja aprovada, a fim de que o País possa ver a quantidade de recursos destinados à área social, para que tipo de atividade e quais os resultados esperados, e que possa haver um total acompanhamento por parte da sociedade, que a partir de um sistema de avaliação de desempenho, seja possível apreciar as políticas sociais deste País.

Sr. Presidente, inspirados nesse conjunto de ações, os alunos do Colégio Marista e do Centro de Ensino de Sobradinho fizeram um esforço, tentando apresentar a sua proposta de Orçamento social. Eles chegaram a alguns resultados muito interessantes, cujo esforço foi consubstanciado num documento que entregaram ao Presidente da Comissão Mista de Orçamento, que é o Senador Carlos Bezerra, numa audiência que foi marcada pelo meu gabinete. E fiquei muito feliz de ver cerca de 20 jovens que, durante alguns meses, debruçaram-se sobre a proposta orçamentária afirmarem: "Para nós, os jovens deste País, as prioridades seriam estas aqui".

Pode até ser que das prioridades apresentadas nós, como pessoas da Casa Revisora, com alguns jovens a mais, possamos discordar. Mas aquele foi um esforço exemplar dos jovens deste País que, talvez, nos acenem com o seguinte recado: chega de ficarem discutindo o Orçamento como se fosse uma caixa-preta a que a sociedade brasileira não tem acesso.

Neste momento, estamos enfrentando graves problemas, principalmente o crescimento da pobreza. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, há 50 milhões

de pessoas pobres no País, das quais 22 milhões são crianças na faixa de zero a 15 anos de idade. São seres humanos que estão vivendo um momento em que mais precisam de proteção, apoio, de condições para que possam desenvolver as suas potencialidades e sua capacidade física.

Eu me recordo agora de um pronunciamento do Frei Beto que me tocou profundamente, numa reunião que tivemos recentemente, no Rio de Janeiro, com o Banco Interamericano e várias pessoas da sociedade. Ele disse que sempre que viaja para fora do País e alguém lhe pergunta como vai a luta pelos direitos sociais no Brasil, ele responde que, infelizmente – são palavras suas –, no Brasil, como em boa parte do mundo, "ainda estamos lutando pelos direitos animais". E digo, lutamos pelos direitos instintuais. Trata-se exatamente de suprir as necessidades mais elementares para que a vida aconteça: a alimentação, a água para ser bebida sem risco de vida, um abrigo para a proteção contra o frio e o calor. Esses são os nossos direitos instintuais. E ainda vivemos, no Brasil e nos países em desenvolvimento, lutando pelos direitos instintuais. Após termos suprido os nossos direitos instintuais, perseguimos os direitos sociais: saúde, educação, informação, lazer e outros. Mas há algo básico e elementar – nossos direitos instintuais – que precisa ser suprido para sobrevivermos e continuarmos a reproduzir como espécie. Boa parte de nós está comprometendo até sua capacidade de continuar reproduzindo.

Os jovens apresentaram na sua proposta suas prioridades. Fiquei muito feliz de ter sido agraciada com uma peça da proposta de orçamento social que eles fizeram e me comprometi com eles de, juntamente com a minha assessoria, enviar-lhes uma nota técnica, fazendo as observações – talvez uma mania de professora – da proposta que eles apresentaram. Não no sentido de corrigi-los; do meu ponto de vista, não há correções a serem feitas. Há apenas elogios, pois o mais importante do esforço que eles realizaram é a mensagem, é o propósito. Vamos nos alinhar à mensagem desses jovens, qual seja, a de que é fundamental extrapolar os direitos instintuais e passar para o atendimento aos direitos sociais, para que possamos dizer neste final de ano e no Natal, como Jesus Cristo disse, que nem só de pão vive o homem. Chega de fazer a "política do estômago", acreditando que estamos fazendo muito. Ao realizarmos essa política, suprimos apenas os direitos instintuais dos seres humanos. Na natureza, os demais seres conseguem suprir essa necessidade, mas, na raça humana, existem aqueles que se apropriam do todo e aqueles que se

sentem privados dos mais elementares meios para continuarem existindo.

Sr. Presidente, faço essa reflexão, porque, ouvindo os Srs. Senadores falarem com muita propriedade do momento que estamos vivendo, ao votarmos a peça orçamentária, sinto-me desafiada e, mais uma vez, inspirada na proposta do meu amigo ex-Governador Cristovam Buarque. Seria interessante se reuníssemos um grupo de pessoas da Fundação Getúlio Vargas, do Ipea, da USP, da UFRJ e consultores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e solicitássemos: "Constituam uma comissão, um grupo de trabalho e façam uma auditoria da peça orçamentária deste País. Peguem uma lupa e aproximem-na do Orçamento da União. Verifiquem quanto desperdício há dentro dessa peça orçamentária; quantos recursos são destinados para obras que não necessitariam recebê-los; quantos recursos atendem a necessidades que não são prioritárias ou estratégicas nem do País, nem do Estado nem do Município.

E, ao final desse trabalho, o grupo apresentaria aos Srs. Senadores, ao Presidente da República, o resultado dizendo que uma parte realmente é produtiva, é benéfica, e deve ser mantida, mas que uma boa parte dos recursos públicos, fruto do esforço da sociedade pelo pagamento dos impostos, estão descendo pelo ralo, pela vala comum do desperdício. Isso aqui não pode permanecer nem na Lei de Diretrizes e Bases nem na LDO nem na proposta orçamentária.

Sinto-me desafiada a tentar esse esforço. E creio que não seja impossível, porque o Orçamento da União é uma peça pública à qual todos temos acesso. É aprovado todo ano e batizado pelos que entendem de orçamento de "caixa-preta", "peça de ficção". É, então, tudo o que não deve ser. Deveria ser composto de recursos destinados aos programas estratégicos do País, dos Estados, dos Municípios, das comunidades. E discordo que possamos ir à tribuna só para falar das grandes teses, das grandes propostas. Se as nossas grandes propostas e as nossas grandes teses não forem traduzidas em políticas públicas do cotidiano, nada significam.

Aliás, um dos maiores problemas do nosso País é que os projetos e as propostas são grandes demais, tão grandes que o povo nem alcança. E os que conseguem alcançar são, como diz D. Mauro Morelli, os que são, os que podem, os que sabem, os que têm. Os que não são, não sabem, não podem e não têm não conseguem alcançar os grandes projetos.

Talvez o esforço dos nossos jovens do Colégio Marista e do Centro de Ensino de Sobradinho seja uma tentativa de dizer: queremos que as grandes pro-

postas deste País – do Senado, da Câmara dos Deputados, do Presidente da República – sejam transformadas em políticas do cotidiano, para que na escola não falte a merenda, o livro de boa qualidade; na comunidade, não falte o posto de saúde com atendimento médico adequado; na pequena horta comunitária, não falte a assistência técnica a fim de que o agricultor possa produzir com a eficiência que lhe dará frutos para sustentar sua família.

Recebo este esforço com gratidão aos jovens e ao Governador Cristovam que estimulou a iniciativa. E coloco-me à inteira disposição como alguém que, durante um ano, juntamente com os Senadores Maguito Vilela, Eduardo Suplicy, Pedro Simon e outros e vários Srs. Deputados que compuseram a Comissão de Combate à Pobreza, visitou as situações mais drásticas deste País em termos de pobreza. E fico pensando: como poderemos traduzir as necessidades daquela família que encontramos em São José da Tapeira, tomando chá de capim santo no almoço e chá de capim santo no jantar, porque não tinham o que comer? Traduzindo isso no meu "acrianês" ou no meu "seringalês" do Norte: como "enfiamos" isso no Orçamento deste País? Que propostas devemos apresentar para retirar nossos jovens da situação de embrutecimento na qual, em uma penitenciária em São Paulo, encontramos trezentos jovens? Esse jovens haviam sido removidos da Febem porque fizeram uma rebelião, rebelião essa que se justificava pelo fato de estarem sendo tratados lá dentro como se fossem animais.

Eu, o Senador Eduardo Suplicy, a Deputada Luíza Erundina, o Senador Maguito Vilela e outros membros da Comissão de Combate à pobreza encontramos, em uma penitenciária para criminosos adultos, jovens na faixa de 12 aos 16 anos; em celas que tinham capacidade para dez pessoas encontramos vinte jovens como que enjaulados.

Uma das cenas mais dramáticas da minha vida ocorreu naquele dia. Verifiquei que os 15 milhões de jovens analfabetos são presa fácil para esse tipo de marginalização que encontramos. Eu tive uma experiência talvez hoje não seja o melhor dia de relatá-la, porque, geralmente, ela me emociona muito com aqueles jovens.

Naquela oportunidade, eu fiquei pensando: será que a Comissão vai mesmo poder ajudar a melhorar o sofrimento dessas pessoas? Com certeza, os R\$ 4 bilhões que foram alocados do Fundo de Combate à Pobreza já são um pequeno esforço. Não desvalorizo esse esforço do Congresso, mas não posso deixar de dizer que ele é insuficiente, porque o nosso déficit social é da ordem de 35 a 40 bilhões por ano. Seria esse

valor suficiente para acabarmos com a pobreza, fazendo aquilo que é necessário e que precisa ser feito, com os instrumentos adequados, entre eles os dois mais importantes: a reforma agrária e a educação.

Então, Sr. Presidente, com essas palavras, quero deixar um desafio: criar um grupo de trabalho para verificar se, no que estamos aprovando, ao final de 2001 para 2002, no Orçamento da União, não há desperdício. Desperdício esse, parte do esforço dos que são, dos que sabem, podem e têm e que está sendo alocado para os seus associados, ou consorciados, e não para os que não são, não sabem, não podem e não têm força suficiente para pressionar a fim de que suas demandas sejam contempladas no Orçamento da União.

Durante o discurso da Srª Marina Silva, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Alencar.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao eminente Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Alencar, quero expressar aqui a preocupação de inúmeros pilotos e dos membros do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, que têm alertado o Governo para uma lei que o Congresso Nacional aprovou, o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1996, de iniciativa do Presidente da República, para incluir a hipótese de destruição de aeronaves, que obteve pareceres dos Senadores Romeu Tuma, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e José Agripino, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Ainda que se considere, nesse projeto, a necessidade da autorização do Presidente da República para eventual abate de avião, há uma convicção, sobretudo por parte daqueles que trabalham na aviação civil – pilotos, aeronautas, aeroviários – de que esse projeto envolve um risco muito grande.

No Peru, houve um caso em que um avião foi abatido. Havia a expectativa de que nele estivessem narcotraficantes. Porém, a aeronave transportava a família de um pastor, sua senhora e o seu filho, que foram mortos.

Então, erros dessa natureza, podem acontecer. O Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, George Ermakoff, observa: "Nunca é possível saber, com 100% de segurança, quem está dentro de um avião". Assim, é necessário, que o Governo repense isso, Sr. Presidente. Avalio como muito

importante a declaração, registrada hoje no Jornal do Brasil, do General Alberto Cardoso, Chefe do Gabinete Institucional da Presidência da República, que está encarregado de manter contatos com as diversas entidades para tratar da regulamentação dessa legislação, que reconhece: "Não deixa de ser uma pena de morte". Ora, Sr. Presidente, a Constituição Brasileira veda a pena de morte.

Votei contrariamente, mas aprovamos, no Senado Federal, a autorização de crédito de, aproximadamente, US\$ 2.5 milhões para se constituir o Projeto Sivam. Hoje, o Brasil está completando toda a rede de radares, os mais modernos, para detectar todo tipo de vôo na vasta região amazônica.

Detectando-se para onde os aviões estão indo, mesmo que em grande número, obviamente, com esse sistema de radares, torna-se muito mais fácil saber onde os aviões irão pousar. Chegando a qualquer aeroporto, a Força Aérea Brasileira terá condições para ali fazer a devida averiguação.

Ademais, destruir uma aeronave, por menos sofisticada que seja, significa uma perda material muito grande. Então, se uma aeronave está realizando uma operação proibida, ilegal, imagino que ela possa ser apreendida. Em vez de abater a aeronave, com a precisão que o Governo tem agora, com o sistema de radares do projeto Sivam, é mais fácil apreender a aeronave, uma vez no chão, e tomar as providências devidas, e não levar adiante essa lei, que permite o abate de aviões, com o risco de estar-se abatendo aviões em que estejam pessoas inocentes que, por alguma denúncia incorreta, foram tomadas como narcotraficantes.

É interessante saber que, graças aos apelos, às observações dos aeronautas, dos pilotos, dos aeroviários e outros que trabalham na aviação civil, o Governo está até com dificuldade de regulamentar essa lei, pois se trata de uma lei que, em verdade, significa a pena de morte. Por estarmos, hoje, ao contrário do que havia em 1998, com todo o Projeto Sivam praticamente pronto, melhor seria modificar essa lei.

É este o registro que eu gostaria de fazer: como essa foi uma iniciativa do Presidente da República, seria próprio que, à luz do que tem observado em seus diálogos o General Alberto Cardoso, Chefe do Gabinete Institucional da Presidência da República, houvesse uma modificação dessa legislação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – O Sr. Senador Bello Parga enviou discurso à Mesa para ser

publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. BELLO PARGA (PFL – MA) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a publicação de “Por um Brasil melhor” é motivo de regozijo para as dezenas de milhares de maranhenses que confiam em Nice Lobão. Registra em suas páginas, passo a passo, os eventos mais importantes resultantes da incansável atuação da representante do nosso Estado na Câmara dos Deputados.

Integrar essa Casa do Legislativo, em Brasília, é uma das missões mais difíceis que pode caber a um político: convivendo com quase seis centenas de parlamentares, geralmente brilhantes e de larga experiência, o deputado é obrigado a uma ferrenha disputa para assegurar um espaço que não é seu, mas da população que representa.

Foi o que conquistou a deputada Nice Lobão no desempenho do primeiro mandato. Com a sua conhecida e enérgica eficiência, e motivada pela plena consciência da grave responsabilidade da sua representação, Nice Lobão superou cada um dos obstáculos que acaso se lhe opuseram e destacou-se quer nos trabalhos dos órgãos técnicos - como membro e até recentemente Vice-Presidente da importante Comissão de Educação da Câmara dos Deputados - , quer na tribuna parlamentar, quer na indormida atuação junto aos Ministérios e demais órgãos federais, buscando os justos recursos reivindicados pelo Maranhão.

Ressalta-se, da sua atividade política, a independência com que Nice Lobão a exerce. Pertencendo à bancada do PFL, faz parte da base parlamentar que tem dado sustentação ao governo federal para executar as obras que atendem às exigências do interesse público. Contudo, mostrou-se livre e independente nos discursos, nas iniciativas, atuações e nos votos, muitas vezes contrários às pretensões do governo, sempre que se convenceu ser esta a vontade e a inclinação do povo maranhense.

Em “Por um Brasil melhor”, o leitor encontrará exemplos da atuação que, nos últimos três anos, marcaram a performance de Nice Lobão na Câmara dos Deputados. Suas iniciativas são motivo de orgulho para o maranhense, que nela, juntamente com outros parlamentares, se vê bem representado no cenário nacional.

Queira Deus que a Deputada Nice Lobão, de extraordinária vocação para o bem público assim se

mantenha nos futuros mandatos que lhe atribuirá o povo do Maranhão.

Por isso, Sr. Presidente, solicito a transcrição, dos anais dessa Casa, da íntegra do documento acima referido.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado. – **Bello Parga.**

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência lembra às Sr^{as}. e aos Srs. Senadores que haverá hoje, às 17 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, sessão conjunta do Congresso Nacional destinada a apreciar matéria orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 29 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. SENADOR BENÍCIO SAMPAIO, NA
SESSÃO 18-12-2001, QUE SE REPU-
BLICA PARA QUE DELE CONSTEM AS
REVISÕES DO ORADOR.**

O SR. BENÍCIO SAMPAIO (Bloco/PPB – PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao término deste ano legislativo, na última semana, ocupo pela primeira vez a tribuna desta Casa, 28 dias após a minha posse.

Supremo Tribunal da opinião pública nacional e última instância dos seus destinos, o Senado Federal se fez respeitar ao longo dos anos. No Império, quando propugnava os seus ideais por liberdade e pela Federação, nas lutas abolicionistas pela libertação dos escravos e na Proclamação da República, mantendo-se, ainda hoje, como guardião da unidade nacional.

Sinto-me honrado por pertencer aos seus quadros e ocupar a Tribuna que já foi de Rui Barbosa, artilheiro da primeira Constituição republicana. Elevo, por consequência, meu espírito público e os ideais de servir ao meu Estado e ao meu País.

Afonso Arinos de Mello Franco, que dá nome à ala do meu gabinete, já em 1951, ocasião em que eu nascia, pontificava:

“Vejo aqui companheiros dos Estados nordestinos e penso naquelas regiões sofredoras e adustas; penso no colorido daquela civilização tão cheia de caráter popular, naquela Terra da grande música, da grande

dança, da grande poesia. Penso no Nordeste, nos gibões de couro, nas vaquejadas, nas vaquejadas, nas caatingas e nos luares."

Eu vejo aqui representantes de todos os Estados. Sou nordestino, e com orgulho, da terra dos carnaubais.

Venho da terra de Petrônio Portela, que marcou indelevelmente sua passagem nesta Casa da Federação, como mestre da articulação, do entendimento e do consenso.

Sucedo Hugo Napoleão, também mestre na arte da convivência e na elegância política, que lhe asseguraram a maior permanência em cargos eletivos do meu Estado, nos dias de hoje.

Nasci em Teresina. Em 1974, concluí o curso médico e, em 1977, estava qualificado, no Rio de Janeiro, para o exercício do atendimento clínico e cardiológico, razão maior do meu exercício profissional.

Na vida pública, tive a honra de dirigir a saúde no Município de Teresina. As ações de controle da tuberculose, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, além do programa integrado de saúde escolar do Departamento de Ações Especiais da Secretaria de Saúde do Estado. Também os destinos da saúde pública do meu Estado, num período difícil, de longa estiagem e fome, no Governo do nobre e operoso Senador Freitas Neto.

Afeto aos desafios e perseguidor de resultados, contribuimos para a redução da mortalidade infantil no Estado, com enfoque prioritário na imunização e no controle das doenças diarreicas.

Na oportunidade, presidi, por dois mandatos consecutivos, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, colaborando decisivamente para a unidade e descentralização do Sistema Único de Saúde, no início da sua implementação.

Presidente e criador do Conselho Estadual de Saúde do Piauí, membro permanente da Comissão Intergestora Tripartite, fui ainda titular do Conselho Nacional de Saúde.

Ao chegar à esta Casa busquei as comissões de assuntos sociais e de educação, pois desde 1977 exerço as atividades de professor universitário do curso de medicina da Universidade Federal do Piauí. Já presidi a Sociedade de Cardiologia do meu Estado e ocupo a cadeia número 18 da Academia de Medicina do Piauí.

Devo centrar o foco do meu exercício legislativo na busca de soluções para graves problemas sociais do meu Estado e do meu País.

É, portanto, pertinente Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tratar hoje, aqui, das dificuldades circunstanciais do Pólo de Saúde de Teresina, Capital do meu Estado.

Com 250 mil km², o Piauí está incrustado no semi-árido nordestino, com seus 2.840.000 habitantes convivendo freqüentemente com as adversidades climáticas e questões geopolíticas, que impedem o seu desenvolvimento.

O Sr. Freitas Neto (Bloco/PSDB - PI) - Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BENÍCIO SAMPAIO (Bloco/PPB - PI) - Pois não, Senador Freitas Neto.

O Sr. Freitas Neto (Bloco/PSDB - PI) - Senador Benício, queria congratular o Estado do PI, que também, como V. Ex^a, tenho a honra de representar nesta Casa desde 1995, pela sua vinda para esta Casa. Conheço V. Ex^a e sua família, das mais destacadas do Estado do Piauí, pelo padrão de honestidade, a partir de seu pai, Aluísio Sampaio, reconhecido, festejado em todas as rodas de Teresina e do interior do Piauí por ser um homem trabalhador, um pai de família exemplar e aquele que legou a seus filhos isto que lhe é peculiar: a retidão em todos os seus atos, a honestidade, a capacidade de ser amigo dos amigos e, principalmente, um profissional competente. Quero falar a V. Ex^a também como aquele que teve a honra de tê-lo como superintendente da Fundação Municipal de Saúde quando fui prefeito de Teresina, e V. Ex^a, ao lado de Robert Medeiros, tocou todas aquelas ações sobre as quais já discorreu rapidamente. Lembro que, no período em que V. Ex^a esteve à frente da Fundação de Saúde do município de Teresina, triplicou-se o atendimento àqueles que buscavam atendimento na rede municipal de saúde na Capital do Estado do Piauí. Depois, também tive a honra de ter V. Ex^a como Secretário de Estado da Saúde quando governei, de 1991 a 1994, o Estado do Piauí. Mais uma vez, V. Ex^a desenvolveu um trabalho competente, um trabalho honesto, que deixou a todos admirados e fez com que o número das pessoas que passaram a apreciar a conduta e a maneira de trabalhar de V. Ex^a aumentasse muito. Lembro-me de que as lideranças políticas, naquele momento, estavam quase convocando V. Ex^a para ser Deputado Federal, e se V. Ex^a tivesse optado por continuar na vida pública, teria sido, naquela eleição, o Deputado Federal mais votado do Piauí. Aceitou a indicação do seu partido para ser suplente de Senador e, como tal, chega ao Senado Federal. Quero ainda lembrar que V. Ex^a foi quem implantou, no Piauí, os agentes comunitários de saúde, que, ao lado de todas essas ações de medicina pre-

ventiva, instaladas e levadas a efeito na sua gestão na Secretaria de Saúde, reduziu-se bastante a taxa de mortalidade infantil em um período difícil. Tivemos um período de seca durante quase todo o nosso Governo. Foi também um período de cólera. Os Estados vizinhos foram atingidos de maneira bastante intensa. Lembro-me de que o Ministério da Saúde chegou a mandar uma equipe ao Piauí para saber o que estava ocorrendo, uma vez que, apesar de o Maranhão e o Ceará estarem convivendo naquele momento com a cólera, o Piauí não estava passando pelo problema em função de suas ações. Por tudo isso, como piauiense, quero dizer que o Piauí ganha, sem dúvida nenhuma, um Senador à altura de suas tradições. Falo de todos aqueles piauienses que já passaram por aqui e honraram o nosso Estado. Muitas felicidades. Tenho certeza de que, no mandato de Senador da República, V. Ex^a fará o que fez até hoje ao longo de sua vida profissional. Devo dizer que, apesar de jovem, V. Ex^a é um dos cardiologistas mais competentes e mais procurados no Estado do Piauí. Meus parabéns por sua presença nesta Casa. Permito-me fazer com que minhas congratulações sejam ampliadas para todo o povo do Piauí. Muito obrigado pelo aparte que V. Ex^a me concedeu.

O SR. BENÍCIO SAMPAIO (Bloco/PPB - PI) – Eu é que agradeço, ilustre Senador Freitas Neto. O exagero de suas considerações certamente decorre do fato de sermos amigos fraternos. Sou seu grande admirador.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT - AP) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BENÍCIO SAMPAIO (Bloco/PPB - PI) – Pois não, Senador Sebastião Rocha.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT - AP) – Quero também me congratular com V. Ex^a e com o povo do Piauí. Nesses pouco mais de 20 dias que V. Ex^a está aqui, pude estar ao seu lado, conversando, trocando idéias sobre o Senado, sobre o Brasil, sobre a saúde do povo brasileiro. Sou testemunha, portanto, do interesse de V. Ex^a em contribuir para o aprimoramento da cidadania, para o desenvolvimento do País e para a recuperação da nossa saúde pública. Por isso quero saudá-lo, Senador Benício Sampaio, na certeza de que chega ao Senado um técnico competente, com currículo invejável, e que traz a experiência do exercício da política, tendo sido secretário municipal e exercido também outros cargos, o que é muito importante para o Senado. V. Ex^a tem aqui aliados nas causas em que todos temos o compromisso de ser solidários com o povo brasileiro, na busca de melhores condições de vida. Parabéns a V. Ex^a pelo exer-

cício deste mandato, seja bem-vindo ao Senado. Ao povo do Piauí, mais uma vez, as minhas congratulações.

O SR. BENÍCIO SAMPAIO (Bloco/PPB - PI) – Muito obrigado, Senador Sebastião Rocha. Tenho observado os Senadores da área médica deste Congresso Nacional e tenho verificado ser V. Ex^a dos mais participativos, dos mais presentes nas discussões que dizem respeito às questões sociais.

Incorporo a sua fala ao meu discurso.

O Sr. Alberto Silva (PMDB - PI) – Senador Benício Sampaio, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. BENÍCIO SAMPAIO (Bloco/PPB - PI) – Pois não, Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB - PI) – Meu caro Senador Benício Sampaio, eu não podia deixar de cumprimentá-lo no momento em que V. Ex^a assume a tribuna pela primeira vez, com a responsabilidade de substituir o Senador Hugo Napoleão, que durante muitos anos foi um líder nesta Casa e atualmente governa o Estado do Piauí, e dizer-lhe que a nossa Bancada, aqui constituída por mim, pelo Senador Freitas Neto e por V. Ex^a agora, tem grande responsabilidade em relação ao nosso Estado. As estatísticas mostram o Piauí em último lugar em matéria de desenvolvimento. A Fundação Getúlio Vargas diz que nossa pobreza é tal que cerca de 50% dela ganha menos de R\$50,00 por mês, situando-a na linha de miséria, principalmente na nossa Capital. O que devemos fazer? Conversamos há pouco e V. Ex^a, como profissional da saúde, defende que se reorganize a saúde no Piauí, que está meio esfacelada, com hospitais devendo – naturalmente, V. Ex^a terá nosso apoio para que se consiga melhorar a situação – e também conclama no sentido de, juntos, encontrarmos a fórmula capaz de gerar empregos na capital, considerando que o rio Parnaíba é nosso grande eixo de desenvolvimento. Precisamos ligar o cerrado piauiense à nossa Capital para que Teresina se transforme em um centro agroindustrial de primeira linha, com a oportunidade de exportar pelos portos de Itaqui, Mucuri e Luiz Correia, futuramente, todos por estrada de ferro. Temos obrigação de trazer para Teresina a riqueza do cerrado para darmos oportunidade de trabalho para aquele povo, mas, sobretudo, que as indústrias se instalem em Teresina, onde muitas já estão instaladas, mas, por falta de matéria-prima, podem diminuir o rendimento. Parabéns a V. Ex^a e digo que estamos ao seu lado para ajudá-lo na tarefa de substituir o Senador Hugo Napoleão no Congresso Nacional.

O SR. BENÍCIO SAMPAIO (Bloco/PPB – PI) – Muito obrigado, Senador Alberto Silva, certamente estaremos juntos nesse mister.

Continuo, Sr. Presidente.

No interior do Estado, às margens dos Rios Parnaíba e Poty, está a cidade de Teresina, sua capital. Única no Nordeste fora do litoral, é grande o entroncamento rodoviário de originários dos Estados do Maranhão, Pará, Tocantins, Ceará e Pernambuco.

Com 770 mil habitantes, num raio de 100km estende sua população para 1 milhão 350 mil pessoas e tem influência médica em 7 Estados, atingindo uma população de aproximadamente 5 milhões. Tem hoje, talvez, a maior concentração de unidade assistenciais de saúde das cidades do Nordeste, ao lado de Recife, e a maior procura proporcional por serviços de saúde do País por pessoas de outras localidades, informa-me o seu gestor municipal, com dados recentes do Ministério da Saúde.

Teresina é inegavelmente um pólo de saúde importante no Nordeste.

O início dessa aglomeração e referência data de 1941, com a construção do Hospital Getúlio Vargas, à época um dos maiores do País. Inicia-se o processo de qualificação técnica dos profissionais e a referência de Estados geograficamente próximos.

Na década de setenta a criação da Universidade Federal do Piauí, do curso de medicina e de outros de ciências da saúde exigiram grande aprimoramento técnico, expandindo a oferta de bons profissionais, agora formalmente qualificados como especialistas, mestres ou doutores, geradores de mão-de-obra qualificada.

Nos anos de 1983 e 1984 a decisão de racionalizar o atendimento ambulatorial em Teresina e posteriormente a experiência de universalizar de forma gratuita o atendimento médico-hospitalar pelo Inamps e Ministério da Previdência Social, foram fatores decisivos para a consolidação do grande fluxo de pacientes, egressos de Estados próximos e distantes, não necessariamente vizinhos.

Registre-se o seu pioneirismo, pois à época o então Inamps atendia apenas os seus contribuintes.

O advento da estabilização monetária, possibilitado pelo real há seis anos, viabilizou a expansão de unidades assistenciais, novas construções e a constante busca pela melhoria no atendimento, visando a qualidade total e seus indicadores, inclusive internacionais.

A prestação de serviços de saúde em Teresina é hoje uma importante atividade econômica que gera 15 mil empregos diretos e faz circular algo maior que 20 milhões de reais/mês. Existem 633 empresas liga-

das ao setor, sendo 390 direta e 243 indiretamente, representando 6% do PIB da cidade.

A oferta é de 3.800 leitos em 33 hospitais, sendo 47% destes privados e 53% públicos. Há 1.243 leitos universitários, um dos maiores índices do Nordeste.

Três áreas geográficas da cidade concentram as unidades assistenciais, havendo 512 na área 02, assim denominada polígono da saúde, pela Prefeitura Municipal de Teresina.

As atividades primárias, a atenção secundária e a atividade médica terciária, juntamente com a alta complexidade, são amplamente oferecidas aos que buscam os serviços de saúde.

A proporção do trabalho médico, que surpreende àqueles que nos visitam, pode ser aferida pelos indicadores abaixo:

Cinco cirurgias cardíacas por dia, quatro cirurgias neurológicas avançadas, dez estudos hemodinâmicos por cateterismo (20.000 já foram realizados), implantes diários de marcapassos, correção de defeitos de refração por excimer laser, facoemulsificação de catarata, transplantes de córneas, transplantes renais ao ritmo de 02 ao mês, recente transplante cardíaco bem sucedido e a habilitação para realização de transplantes de fígado.

Cirurgias endoscópicas e por vídeo, hemodinâmica intervencionista em problemas cérebro vasculares e arteriais, 03 ressonâncias magnéticas e 13 tomógrafos computadorizados helicoidais. Microcirurgias cerebrais, laser para tratamento de doenças da retina, medicina nuclear, métodos diagnósticos não invasivos em cardiologia e estudos da eletrofisiologia para diagnóstico e tratamento. Cirurgia geral e ginecológica, rádio, quimioterapia e todos os tratamentos oncológicos, nefrologia e terapia substitutiva renal, cirurgias de tórax, cirurgias de obesidade e unidades de tratamento intensivo.

O Sr. Carlos Patrocínio (PTB - TO) Senador Benício Sampaio, V. Exª me permite um aparte?

O SR. BENÍCIO SAMPAIO (Bloco/PPB - PI) Ouço V. Exª, Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio (PTB - TO) Nobre Senador Benício Sampaio, eu não poderia perder a oportunidade de saudar essa primeira apresentação de V. Exª na tribuna do Senado Federal. V. Exª tem uma incumbência difícilíssima de substituir o nosso querido Senador, hoje Governador do Estado do Piauí, Senador Hugo Napoleão, que foi um dos luminares desta Casa. E certamente ainda o será, porque tenho a convicção de que ele, após governar o Piauí por essa vez, e talvez mais uma vez, haverá de retornar a esta Casa. Eu gostaria de testemunhar a assertiva, a veracidade desses números que V. Exª está expondo, nesse exato momento. Nós temos o privilégio de ter uma pequena divisa com o Estado do Piauí que, em-

bora pequena, nos honra a nós tocaninenses sobremaneira. E agora, com o asfaltamento da BR-235, estaremos próximos de Correntes; Alto Parnaíba, no Maranhão, e certamente haverá o entrosamento maior entre os nossos estados, que têm uns dos piores indicadores sociais do nosso País. Eu queria me congratular com V. Ex^a porque como Secretário de Saúde, creio que municipal, de Teresina e também do Estado, se estou certo, implantou um verdadeiro centro de referência de atendimento médico-hospitalar. Também a minha cidade de Araguaína, no norte do Estado do Tocantins, é um polo de referência médica, já com faculdade de medicina instalada e com mais de 170 médicos, talvez. Mas mesmo assim, nós ainda exportamos muitos doentes para a sua Capital Teresina, porque lá efetivamente pratica-se uma medicina de Primeiro Mundo, como V. Ex^a acaba de citar, com transplantes cardíacos, renais, de córnea. Sei que V. Ex^a muito colaborou para a implantação desse serviço, contemplando o Norte e o Nordeste do País. Portanto, congratulo-me com a presença de V. Ex^a no Senado Federal, substituindo o nosso querido Hugo Napoleão.

Às vezes, saímos daqui frustrados porque, embora haja tanto o que fazer pelos nossos Estados, detentores dos menores indicadores sociais e econômicos do País, conseguimos realizar poucas coisas. Entretanto, estou convicto de que V. Ex^a haverá de carrear tantos benefícios de que o seu querido Piauí necessita e, certamente, haverá de ajudar muito na administração do prezado Governador Hugo Napoleão.

O SR. BENÍCIO SAMPAIO (Bloco/PPB – PI) – Muito obrigado, eminente Senador Carlos Patrocínio. O povo de Tocantins será sempre bem-vindo ao Piauí e à cidade de Teresina.

São parte do trabalho médico no núcleo em expansão, na cidade de Teresina, não obstante os seus elos frágeis, que serão objeto da nossa análise.

O Sistema Único de Saúde e seus dados do Datasus atestam a referência do pólo de saúde. Em 2000, 32% dos pacientes hospitalizados não eram da cidade, 17% de outros Estados, a maioria do Maranhão, mas ainda do Pará, de Tocantins, do Ceará e até do Amapá. Há um gasto mensal de, aproximadamente, R\$1,2 milhão com estes pacientes.

O hospital São Marcos, o maior da cidade, de janeiro a agosto de 2001, realizou 52% da radioterapia com pacientes de outros Estados, 42% da quimioterapia, 44% das cirurgias cardíacas e 46% das neurocirurgias.

O Sistema Único de Saúde, juntamente com planos e seguros de saúde, além da pequena proporção de pacientes particulares, viabiliza econômica-

mente este segmento de prestação de serviços à população.

A idéia de um centro de referência na área médica foi colocada em documento público, pela primeira vez, em 1998. No ano seguinte, o Banco do Nordeste estudou o setor de serviços de saúde dos Estados do Piauí e Pernambuco como atividade econômica. Em 2000, instituições públicas estaduais e municipais, entidades médicas...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – (Fazendo soar a campainha.) Senador, eu pediria a V. Ex^a – sei que é a primeira vez e V. Ex^a está sendo ouvido atentamente pelo Plenário – que concluísse o mais rapidamente possível o seu pronunciamento, em virtude do prazo regimental ter sido ultrapassado.

O SR. BENÍCIO SAMPAIO (Bloco/PPB – PI) – Pois não.

Em 2000, instituições públicas estaduais e municipais, entidades médicas e correlatas, empresas do setor, universidades estadual e federal, Sebrae e BNB se reuniram para analisar o setor como oportunidade de atividade econômica e negócios.

Este ano, estabeleceu-se a intenção de trabalhar o Pólo de Saúde de Teresina com vistas à formação de um cluster. Conceitualmente, seria um conjunto de firmas concentradas que atuam com alto grau de interação entre si e com outras organizações que lhes dão suporte.

Neste sentido, é necessária a união de esforços entre governos, empresários, agentes financeiros e outros segmentos representativos com o objetivo de promover o desenvolvimento loco regional, estabelecendo, de imediato, um plano de ação.

Há na estrutura do Pólo de Saúde aspectos favoráveis para sua manutenção: a amplitude do raio do mercado consumidor ao abranger Estados como Maranhão, Pará, Tocantins, Amapá e Ceará; a situação geográfica interiorizada de Teresina; conjunto de estabelecimentos de saúde privados e públicos que já incorporaram avanços tecnológicos que possibilitam manter o núcleo em bases competitivas; razoável suporte de formação de recursos humanos no campo médico e áreas correlatas, com potencial para suprir demandas exigidas pelo desenvolvimento; há um forte sentimento de auto-estima quando se refere às conquistas locais da medicina, com exaltação de seus pontos positivos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há, no entanto, elos frágeis nesta cadeia que tornam vulnerável toda a estrutura montada ao longo de sessenta anos e que precisam da participação real dos poderes institucionais em níveis federal, estadual e municipal. Este é o ponto central da nossa locução.

Existem dificuldades atuais importantes que podem inviabilizar a própria sobrevivência da rede hos-

pítalar e nestas se inclui o baixo poder aquisitivo dos seus usuários.

Participei, na semana passada, de reunião com os diretores de todos os hospitais públicos de ensino, com o gestor municipal, a direção do Centro de Ciências da Saúde e a Secretaria de Saúde do Estado. A situação de todos é falimentar. A má gerência crônica, a utilização de recursos de custeio para pagamento de pessoal e o incremento dos insumos, sem a contrapartida de receita por estabelecimento de teto financeiro pelo SUS, são fatores causais de difícil solução.

Sem investimentos de curto prazo não há possibilidade de reversão do quadro. No público, o Refor-sus seria uma alternativa. Na iniciativa privada a situação, embora melhor, é por demais preocupante. Gastos crescentes com funcionários, obrigações patronais, impostos, elevação do custeio dos insumos necessários à prestação de serviços e a obrigatoriedade de incorporação tecnológica pela rápida obsolescência dos equipamentos médicos, levaram ao endividamento progressivo.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BENÍCIO SAMPAIO (Bloco/PPB – PI) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O SR. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador Benício Sampaio, fico muito feliz por vê-lo hoje, da tribuna, falando sobre o trabalho realizado na área da saúde no Estado do Piauí, especialmente na capital Teresina. Dou meu testemunho. Sou Senador do vizinho Estado do Pará. É muito comum as pessoas do sul do Pará deslocarem-se a Teresina para tratar da saúde, e de graça, sem nenhuma burocracia, nenhuma dificuldade. O que o Piauí construiu nesse campo deveria servir de exemplo, quem sabe, até mesmo para o Brasil. Não conheço profundamente o assunto – o discurso de V. Ex^a está-me informando sobre a matéria –, mas, como testemunha, como Senador representante do Estado do Pará, devo dizer que invejo o Piauí no que se refere ao atendimento da saúde. V. Ex^a nos informou que o seu Estado realizou 52% de suas operações em pessoas de fora do Piauí, o que é a mais absoluta verdade. Como disse, os Paraenses preferem deslocar-se para Teresina a se tratar no nosso Estado. É lamentável que, sendo médico, nosso Governador não tenha conseguido dar ao Pará o mesmo nível de saúde do Piauí, considerado um Estado pobre, com dificuldades de toda ordem, que, no entanto, deu lições para nós do Pará e, quiçá, para o Brasil no que se refere à saúde. Senador Benício Sampaio, espero ter a oportunidade de, no exato momento, entender como os senhores conseguiram organizar tudo, tornando o Estado referência não por meio de propagandas de televisão ou de mentiras, mas pela vida do povo, porque Teresina é, hoje, uma

referência em termos de saúde nas regiões Norte e Nordeste do País. Parabéns a V. Ex^a. Fico feliz ao vê-lo na tribuna. V. Ex^a deve orgulhar-se, pois estou testemunhando aqui o que o povo do Pará diz a respeito da capital do Piauí.

O SR. BENÍCIO SAMPAIO (Bloco/PPB – PI) – Muito obrigado, eminente Senador Ademir Andrade. Desde já, convido V. Ex^a a conhecer o Piauí.

Sr. Presidente, concluirei o meu pronunciamento em dois minutos.

Aqueles que recorreram ao BNDES tiveram seus passivos dobrados em quatro anos. Os que se aventuraram na paridade do dólar foram surpreendidos com sua ascensão cambial. Há que se encontrar uma solução.

Parece pouco exigir reduções no ISS, ITBI, laudêmios e IPTU. É também importante higienizar a área do polígono da saúde, melhorando seu tráfico e sua segurança. É o mínimo requerer destino adequado ao lixo hospitalar produzido todos os dias. É necessário que se promovam eventos técnicos científicos com maior frequência e qualidade.

No entanto, é fundamental que haja uma política de saúde com um plano de ação estratégica definido para o setor. Neste, a inclusão de incentivos à fabricação de medicamentos, gases e descartáveis é imprescindível.

O Governo Federal destinou, no Orçamento de 2002, R\$61,00 per capita para o Nordeste e R\$89,00 para o Sul e o Sudeste, como se os pacientes fossem distintos, com perda anual de R\$275 milhões na região.

A distribuição dos recursos por critérios populacionais, embora justa, não serve aos Municípios com elevada concentração de atendimentos originários de outros estados, como é o caso de Teresina.

É necessário uma mudança nesse quadro. É inaceitável que os órgãos federais de financiamento, ao exigirem 1,3 de garantias reais, não aceitem móveis e materiais adquiridos pelos hospitais e clínicas sob o argumento de que resoluções de direção nesse sentido funcionam como leis impeditivas.

É indispensável encontrar uma solução para o endividamento em dólar, talvez transformando-o em real e ampliando seu prazo de pagamento. Os agentes financeiros do Profat, do Protrabalho, do BNDES, do Fihep e do Finame precisam debruçar-se sobre o problema e possibilitar sua solução.

Urgem medidas efetivas para preservar e desenvolver o pólo de saúde de Teresina. Reitero a minha disposição de lutar pelo desenvolvimento das ações sociais do meu Estado, atendendo aos anseios e reclamos de sua população, honrando este mandato pelo bem do povo do Piauí.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51ª LEGISLATURA)**

BAHIA		RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- Antonio Carlos Júnior	BLOCO	- Geraldo Melo (PSDB)
PFL	- Waldeck Ornellas	PFL	- José Agripino
PFL	- Paulo Souto	PTB	- Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		SANTA CATARINA	
BLOCO	- Artur da Távola (PSDB)	PMDB	- Casildo Maldaner
BLOCO	- Geraldo Cândido (PT)	PFL	- Geraldo Althoff
PSB	- Roberto Saturnino	PFL	- Jorge Bornhausen
MARANHÃO		ALAGOAS	
PFL	- Belko Parga	PMDB	- Renan Caiheiros
PFL	- Edison Lobão	BLOCO	- Teotônio Vilela Filho (PSDB)
PMDB	- João Alberto Souza	BLOCO	- Heloísa Helena (PT)
PARÁ		SERGIPE	
PSB	- Ademir Andrade	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PMDB	- Fernando Ribeiro	BLOCO	- José Eduardo Dutra (PT)
BLOCO	- Luiz Otávio (PPB)	PFL	- Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		AMAZONAS	
PTB	- Carlos Wilson	PFL	- Bernardo Cabral
BLOCO	- Roberto Freire (PPS)	BLOCO	- Jefferson Pêres (PDT)
PFL	- José Coelho	PMDB	- Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PARANÁ	
BLOCO	- Pedro Piva (PSDB)	BLOCO	- Osmar Dias (PDT)
PFL	- Romeu Tuma	PMDB	- Roberto Requião
BLOCO	- Eduardo Suplicy (PT)	BLOCO	- Álvaro Dias (PDT)
MINAS GERAIS		ACRE	
PFL	- Francelino Perelra	BLOCO	- Marina Silva (PT)
PTB	- Arlindo Porto	PMDB	- Nabor Júnior
PL	- José Alencar	BLOCO	- Tião Viana (PT)
GOIÁS		MATO GROSSO DO SUL	
PMDB	- Mauro Miranda	BLOCO	- Lúcio Coelho (PSDB)
PMDB	- Iris Rezende	PMDB	- Ramez Tebet
PMDB	- Maguito Vilela	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		DISTRITO FEDERAL	
PMDB	- Carlos Bezerra	PFL	- Lindberg Cury
PFL	- Jonas Pinheiro	BLOCO	- Lauro Campos (PDT)
BLOCO	- Antero Paes de Barros (PSDB)	PMDB	- Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		TOCANTINS	
BLOCO	- Emilia Fernandes (PT)	PTB	- Carlos Patrocínio
BLOCO	- José Fogaça (PPS)	PFL	- Leomar Quintanilha
PMDB	- Pedro Simon	BLOCO	- Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
CEARÁ		AMAPÁ	
BLOCO	- Lúcio Alcântara (PSDB)	PMDB	- Gilvam Borges
PMDB	- Sérgio Machado	BLOCO	- Sebastião Rocha (PDT)
BLOCO	- Luiz Pontes (PSDB)	PMDB	- José Sarney
PARAÍBA		RONDÔNIA	
PMDB	- Wellington Roberto	BLOCO	- Fernando Matusalém (PPB)
BLOCO	- Ronaldo Cunha Lima (PSDB)	PFL	- Moreira Mendes
PMDB	- Robinson Viana	PMDB	- Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		RORAIMA	
PMDB	- Gerson Camata	PMDB	- Marluce Pinto
BLOCO	- Ricardo Santos (PSDB)	BLOCO	- Romero Jucá (PSDB)
PSB	- Paulo Hartung	PFL	- Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ			
BLOCO	- Freitas Neto (PSDB)		
BLOCO	- Benício Sampaio (PPB)		
PMDB	- Alberto Silva		

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCA)

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

Presidente: Senador Jefferson Péres ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (Bloco PSDB/PTB-BA) Telefones: 318-8221 e 318-7167/8224	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado WALTER PINHEIRO (PT-BA) Telefones: 318-5274 e 318-5170	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco PT/PDT/PPS-SE) Telefones: 311-2391/2397 e 311-3191/3192
<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado HÉLIO COSTA (PMDB-MG) Telefones: 318-5206 e 318-6992/6997	<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (Bloco PT/PDT/PPS-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3498

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

¹ Eleito na 1ª Reunião do Órgão, realizada em 15.8.2001, às 17h.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.08.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ¹
Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB						
Titulares	UF	Ramal		Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca ²	MS	1128		1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Bezerra	MT	2291		2. (vago) ³		
Cassido Maldaner	SC	2141		3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073		4. Givam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478		5. Gerson Camata	ES	3203
PFL						
Titulares	UF	Ramal		Suplentes	UF	Ramal
Geraldo Althoff	SC	2041		1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁴	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231		2. (vago) ⁵		
Belo Parga	MA	3069		3. Mozerildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Omeles	BA	2211		4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Bloco (PMDB/PPS) ⁶						
Titulares	UF	Ramal		Suplentes	UF	Ramal
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248		1. Freitas Neto (PSDB) ⁷	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022		2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Leomar Quintanilha (PFL) ⁸	TO	2071		3. Luiz Pontes (PSDB) ⁹	CE	3242
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PTD/PPS) ¹⁰						
Titulares	UF	Ramal		Suplentes	UF	Ramal
Helofsa Helena (PT)	AL	3197		1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Pires (PDT)	AM	2061		2. Paulo Hartung (PSB) ¹¹	ES	1129
PSB						
Titular	UF	Ramal		Suplente	UF	Ramal
Roberto Saturnino	RJ	4229		1. Ademir Andrade	PA	2101

Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) – Ramal 2051
(Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

¹ Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão Ordinária de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho (DSF de 6.9.2001). Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca.

² Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão Ordinária de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma sessão (DSF de 6.9.2001).

³ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional (DSF de 15.11.2001).

⁴ Comunicação de filiação ao PTB lida na Sessão do SF de 27.9.2001 (DSF de 28.9.2001).

⁵ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL (DSF de 21.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão do SF de 9.10.2001 (DSF de 10.10.2001). Na mesma Sessão do SF de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁶ Comunicação de formação do Bloco feita na Sessão do SF de 15.3.2001 (DSF de 16.3.2001).

⁷ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 7.11.2001).

⁸ Comunicação de filiação ao PFL lida na Sessão do SF de 10.10.2001 (DSF de 11.10.2001).

⁹ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, em 8.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 9.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão do SF de 3.10.2001 (DSF de 4.10.2001).

¹⁰ Comunicação de retorno do PPS ao Bloco Parlamentar de Oposição lida na Sessão do SF de 12.2.2001 (DSF de 13.2.2001).

¹¹ Comunicação de filiação ao PSB lida na Sessão do SF de 8.10.2001 (DSF de 9.10.2001).

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)
CLEIDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
Ramais: 4605 - Fax: 4344

Secretários: CAE - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS - EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)
CCJ - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA
Vice-Presidentes: CARLOS BEZERRA
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 - Pedro Blmon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Irla Rezende	GO	2032/39
Castido Maldaner	SC	2141/48	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mastrinho	AM	3104/3109	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 - Roberto Requillo	PR	2401/2407
Robinson Viana	PB	4345/4348	8 - Vago		
Wellington Roberto	PB	3194/3195	9 - Mariuca Pinto	RR	2401/2407
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Jorge Bornhausen	SC	4200/4206
José Agripino	RN	2381/2387	2 - Vago (1)		
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Morsira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2051/2057
Paulo Souto	BA	3173/3178	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2216	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Bello Parga	MA	3089/3072	7 - José Costão	PE	1284/3245
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - Romero Jucá	RR	2111/2117
Lúcio Alcântara	CE	2111/2117	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Pedro Piva	SP	2351/2355	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3243
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Fernando Matuzalém	RO	2251/2258
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPB)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
Lauro Campos	DF	2341/2347	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
José Fogaça	RS	1207/1607	4 - Jefferson Pereira	AM	2051/2053
PBB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109
PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2481/2484	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSP de 21/11/2001

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em: 21/11/2001.

**1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO**

**PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTEs)**

TITULARES	SUPLENTEs	
GILVAM BORGES WELLINGTON ROBERTO	AP-2161/2162 1-ROBERTO REQUIÃO PB-3194/3195 2-IRIS REZENDE	PR-2401/2407 GO-2032/2033
MOREIRA MENDES	RO-2231/33 1-PAULO SOUTO	BA- 3173/74
GERALDO MELO (2)	RN-2371/2372 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO- 4070/71
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129 1-ARLINDO PORTO	MG-2321/2322

ORIGEM: REQUERIMENTO N° 07-CAE/2001
REUNIÕES:
SECRETÁRIO:
☎- SECRETARIA: 311-3516/4805
FAX: 311-4344

SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
☎- SALA DE REUNIÕES: 311-3258
E-MAIL: dirceu@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 17.10.01

- (1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.
(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: ROMEU TUMA
Vice-Presidente: MARINA SILVA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Juvêncio da Fonseca	MT	3016/3016	1 - Amíl Lando	RO	3130/3132
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 - Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Martuce Pinto	RO	1301/4062	3 - Alberto Silva	PI	3055/3057
Mauro Miranda	GO	2091/2097	4 - Nabor Júnior	AC	1478/4819
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 - Fernando Ribalro	PA	1049
Caaildo Maldaner	SC	2141/2146	6 - Vago		
Gilvam Borges	AP	2161/2157	7 - Vago		
Valmir Amaral	DF	4084/4085	8 - Vago		
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 - Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 - Benardo Cabral	AM	2081/2087
Jonss Pinheiro	MT	2271/2277	2 - Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Omelaa	BA	2211/2215	3 - José Agripino	RN	2381/2387
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 - Vago		
Morais Mendes	RO	2231/2237	5 - Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2198
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 - José Coelho	PE	1284/3245
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 - Vago		
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 - Vago		

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Benfelo Sempato	PI	3035/3036	Lulz Otávio	PA	1027/4393
Lulz Pontes	CE	3242/3243	Geraldo Mieto	RN	2371/2377
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	Pedro Piva	SP	2351/2357
Romero Jucá	RR	2111/2117	Fraítaa Neto	PI	2131/2137
Fernando Matheuslin	RO	2251/2258	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 - Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Lauro Campos	DF	2341/2347	2 - Holoisa Helena	AL	3197/89
Marina Silva	AC	2181/2187	3 - Jefferson Pares	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	4 - Oemar Dias	PR	2121/2125
Tiço Viana	AC	3030/3493	5 - Roberto Frelra	PE	2161/2164

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 - Vago		

Reuniões: Quarta-feira às 14.00 horas
Secretário: José Roberto A. Cruz Telefone da Sala de Reunião: 311-3359
Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Fax: 311-3652 • E-mail: jrc@senado.gov.br

Atualizada em: 30/10/2001

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATORA:

VAGO
VAGO

VAGO
VAGO

VAGO

VAGO
VAGO

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (0) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrsc@scuado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

JUVÊNCIO DA FONSECA	MT - 1128/1129
MARLUCE PINTO	RR - 1301/4062
GERALDO ALTHOFF	SC - 2041/2047
WALDECK ORNELAS	BA - 2211/2217
LEOMAR QUINTANILHA (PPB) (1)	TO - 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS	
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP - 2241/2247
TIÃO VIANA	AC - 3038/3493

(1) Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL**

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

VAGO
VAGO
VAGO

VAGO
VAGO

VAGO
VAGO

VAGO
VAGO

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (9) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

ATUALIZADA EM:

DESIGNADA EM:

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ					
Presidente: BERNARDO CABRAL					
Vice-Presidente: OSMAR DIAS					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4082
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2148
Iria Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Vago		
Roberto Requião	PR	2101/2407	7 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen	SC	4200/4208
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – Vago		
Romeu Tuma	TO	2071/2072	6 – Leonar Gulistanilha	TO	2071/2072
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	Feltes Neto	PI	2131/2137
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Pedro Piva	SP	2351/2357	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romeu Jucá	RR	2111/2117	Benício Sampaio	PI	3085/3086
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2081/2087	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4819
João Eduardo Dutra	SE	2391/2397	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
Roberto Freire	PE	2161/2164	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osamar Dias	PR	2121/2125	4 – José Fogaça	RS	1207/1607
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas
 Secretária: Gildete Leite de Melo
 Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Selo nº 33 – Alô Senado Alexandre Costa
 Telefone: 311-3541
 E-mail: gildete@senado.gov.br
 Atualizada em 03/12/2001

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)**

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4812

**SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3841
FAX: 311- 4316
E.MAIL- gildete@senado.gov.br**

**Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.**

- **Retirada as Indicações pelas Lideranças**
- **em 6 e 13.9.2000.**

Atualizada em 30/05/2001

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE
Presidente: RICARDO SANTOS
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Caílido Maldaner	SC	2141/2148	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Robinson Viana	PB	4346/4348
Glivan Borges	AP	2161/2167	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Mariuca Pinto	RR	1301/4082	5 – Alberto Silva	PI	3058/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/60
José Sarney	AP	3428/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3016/3016
Valmir Amaral	DF	4084/4085	8 – Vago		
Vago			9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	4 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Coelho	PE	1284/3248	5 – Romeu Tuma	SP	2081/2087
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
(Vaga cedida ao PTB)			7 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2198

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúcio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Pedro Piva	SP	2381/2383
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3243	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Álvaro Dias	PR	3206/3207	4 – Tião Viana	AC	3038/3493

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino	RJ	4229/4230

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas
 Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
 Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
 FAX: 311-3121

Atualizado: 13/12/2001

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

**VAGO
VAGO
VAGO**

**VAGO
VAGO**

**VAGO
VAGO**

**VAGO
VAGO**

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM:

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO

VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES	
JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
VAGO		1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57
LÚCIO ALCANTARA	CE-2303/08	1-FERNANDO MATUSALEM (PPB)	RO-2251/58
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	
GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/37	2-MARINA SILVA	AC-2182/84
ROBERTO SATURNINO	RJ-4229/30	VAGO	

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4804

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 09/10/2001

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JEFFERSON PÉRES

Vice-Presidente: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3108	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Fernando Ribeiro	PA	1049
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Barney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requão	PR	2401/2407
Bérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto	PB	3184/3185
Valmir Amaral	DF	1884/1885	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4819

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Vago (1)			1 – Jorge Bornhausen	SC	4200/4208
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga	MA	3088/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldack Omelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2381/2387	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
José Cosiño	PE	1284/3245	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4083/4085
Pedro Piva	SP	2351/2357	Freitas Neto	PI	2131/2137
Fernando Matusalém	RO	2251/2259	Lutz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4819
Jefferson Peres	AM	2081/2087	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
Tiño Viana	AC	3038/3493	3 – Álvaro Dias	PR	3208/3207

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSP de 21/11/2001

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo
Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546

Atualizada em 21/11/2001

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI					
Presidente: ALBERTO SILVA					
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – VAGO		
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Nabor Júnior	AC	1478/4619	4 – Robinson Viana	PB	4345/4346
Roberto Requillo	PR	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Mariuce Pinto	RR	1101/1201	6 – Wellington Roberto	PB	3139/3141
Valmir Amaral	DF	1961/1066	7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3178	2 – Vago (3)		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – Vago (2)		
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Vago		
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Pedro Silva	SP	2351/2352
Ricardo Santos	ES	2022/2024	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4096	3 – Luiz Pontes	CE	3242/3243
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Fernando Matusalém	RO	2251/2258
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	5 – Romero Jucá	RR	2111/2119
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Helôisa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Sebastião Rocha (PDT)	AP	2242/2243
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397	3 – Lauro Campos (PDT)	DF	2341/2347
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020	4 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino	PJ	4228/4230

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Em virtude da desfiliação do Senador Eduardo Siqueira Campos do PFL, tendo filiando-se ao PSDB, em 05.10.2001

(3) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSF de 21/11/2001

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 02.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em 11/12/2001

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM
DANOS AO MEIO AMBIENTE.**

PRESIDENTE:

RELATOR:

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

PMDB

1- VAGO

2- VAGO

3- VAGO

PFL

1- VAGO

2- VAGO

PSDB

1- VAGO

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PP/PS)

1- VAGO

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

6.2) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ANALISAR
ACIDENTE COM A PLATAFORMA P-36 DA PETROBRÁS
OCORRIDO NA BACIA DE CAMPOS**

**PRESIDENTE: SENADOR GERALDO CÂNDIDO
RELATOR: SENADOR VALMIR AMARAL**

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/3057	1- IRIS REZENDE	GO-2032/2039
ROBERTO REQUILÃO	PR-2401/2407	2- VALMIR AMARAL	DF-1961/1966
GERSON CAMATA	ES-3203/3204	3- GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106
PFL			
PAULO SOUTO	BA-3173/3175	1- MARIA DO CARMO ALVES	SE-1306/4659
JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277	2- BELLO PARGA	MA-3069/3072
PRONA			
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/4095	1- LUIZ OTÁVIO	PA-3050/3093
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PP/PS)			
GERALDO CÂNDIDO (PT)	RJ-2171/2177	1- ROBERTO SATURNINO	RJ-4229/4230

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM: 06/11/2001

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: NEY SUASSUNA (2)

Vice-Presidente: FREITAS NETO

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3056/3057	1 - Gilberto Meistrinho	AM	3104/3106
Robinson Viana	PB	4345/4346	2 - Luiz Otávio (Cessão) (1)	PA	1027/4393
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 - Wellington Roberto	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 - Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 - Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Sigusira Campos	TO	4070/4071	1 - Freitas Neto	PI	2131/2137
Ricardo Santos	ES	2022/2024	2 - Fernando Matusalém	RO	2251/2258
Romero Jucá	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Helôisa Helena	AL	3197/3199			
Jefferson Peres	AM	2061/2067			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Filhou-se ao PPB.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro da Integração Nacional.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares.

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em: 28/11/2001

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTE(S))

TITULARES		SUPLENTE(S)	
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393		
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)	PI-2131/37
FERNANDO MATUSALÉM	RO-2251/52	1-RICARDO SANTOS	ES-2022/24
JEFFERSON PERES	AM-2061/67		

(1) Desfilou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 16/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@sgmaleg.senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 09/10/2001

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR AS CONTAS DO METRÔ-DF

PRESIDENTE: SENADOR ROMERO JUCA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(03 TITULARES E 02 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB		PMDB	
WELLINGTON ROBERTO (1)	PB-3194/95	1 - VALMIR AMARAL	DF-1981/86
PFL		PMDB	
MOREIRA MENDES	RO-2231-37	1 - JEFFERSON PERES-PDT	AM-2061/67
PMDB (PRESIDENTE)			
ROMERO JUCA	RR-2111/17		

(1) Substituído na Comissão pelo Senador Amíl Lando, em 21/11/2001.

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3619

Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 29/08/2001

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	PHONE	FAX
PRESIDENTE							
VICE-PRESIDENTE							
SECRETÁRIO-GERAL							
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO							

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	PHONE	FAX	NOME	UF	GAB	PHONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4188	1. PEDRO SIMON	RS	***03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	**15	224 5884	323 4083	2. AMIR LANDO	RO	###16	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGACA	RS	7	311 1207	223 8191	3. MARLUCE PINTO	RR	**88	311 1301	226 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	**04	311 4208	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	#13	311 2211	323 4592
GERALDO ALTHOFF	SC	###05	311 2041	323 5099	2. JOSE COELHO	PE	###04	311 1184	323 6494
Bloco (PSDB/PPB)									
PEDRO RIVA	SP	601	311 2351	323 4448	1. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
ANTERO PAES DE BARROS	MT	*24	311 1348	321 0470	2. FOMAR QUINTANILHA	TO	###08	311-2071	323-3188
PT/PTD/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	###59	311-2331	323-5994	JEFFERSON PÉRES	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	VAGO				

LEGENDA:				
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL		
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEN. RUY CARNEIRO		
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. NELSON MARCHEZAN	RS	#13	318-5963	3182963
BLOCO PFL/PSY									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVEA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CALADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCISIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
ALOIZIO MERCADANTE	SP	826	318-5826	318-2826	PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	3182268
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZIDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	INACIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:

* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III

GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA 7/24 - BRASÍLIA - DF - 70180-900

FONE: (55) (061) 318 7438 - 318 7188 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

www.camara.gov.br/mercosul

e-mail - ccom@camara.gov.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 04/09/2001

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

- 02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
- 02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
- 02000202902003-X – Venda de Editais
- 02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
- 02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
- 02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
- 02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

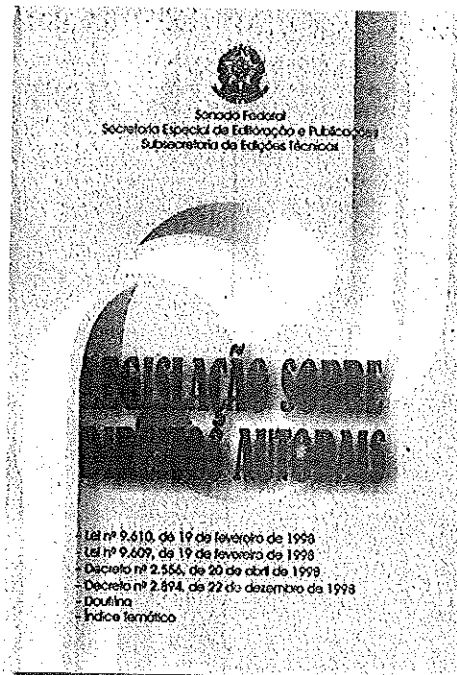


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação sobre Direitos Autorais

Com 123 páginas, traz a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, a Lei nº 9.609, os Decretos nº 2.556 e nº 2.894, com doutrina e Índice temático.

Preço: R\$ 5,00.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS